

REVISTA

# ***PANTANEIRA***

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do CEUA

Revista Pantaneira / Centro Universitário de  
Aquidauana. -- n. 1 (2000) - . -- Aquidau-  
ana, MS: CEUA, 1999- .  
v. 2; 29 cm.

Semestral

I. Universidade Federal de Mato Grosso do  
Sul. Centro Universitário de Aquidauana.



# Apresentação

Abrindo esta nova edição da Revista Pantaneira, um  
“FLASH FORA DO TEMPO”, do Orlando “Tio”.

*No poema do boi  
penetra uma bota  
cansada de levar  
a boiada. Lá*

*Fora, no pasto, a  
memória bovina rumina  
a poesia, nascendo  
como grama em nosso  
coração. Enquanto  
isto, lá fora, a  
canga do boi apodrece  
na cerca de arame  
farpado. Andando*

*no pasto a jovem vã  
guarda morre no  
atropelo da boiada,  
sem nunca descobrir  
nada. Lá,  
no meio do pasto,  
um poeta corrige um  
texto com o rabo  
do boi.*

*Boi só rima com  
outro boi, ficando  
na segunda letra  
da cartilha o  
mundo bem maior.*

# REVISTA **PANTANEIRA**

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE AQUIDAUANA

## **Comissão Editorial**

*Paulo Roberto Joia*  
*Alice Maria Derbócio*  
*Kelcilene Grácia da Silva*  
*Gilson Rodolfo Martins*  
*Mário Baldo*  
*André Luiz Pinto*

## **Coordenação e seleção de artigos**

*Valter Guimarães*

## **Revisão**

*Valter Guimarães*

## **Editoração, Impressão e Acabamento**

*Editora UFMS*

## **Distribuição**

*Centro Universitário de Aquidauana*  
*Praça N. S. da Imaculada Conceição n.º 163 - Centro*  
*CEP 79.200-000 - Aquidauana - MS*  
*Fone: (067) 241-4424 Ramal 25*

## **Apoio**

*Editora UFMS*  
*UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL*

# Sumário

A População Paraguaia em Jardim MS: Identidade e Cultura .....	7
<i>Alvina Denize Boeira</i>	
Projeto Vivo - Conservação, Produção e Harmonia .....	11
<i>Franziska Meier de Souza</i>	
Desenvolvimento Regional do Mato Grosso do Sul: O Caso do Cimento .....	15
<i>Márcia Ajala Almeida</i>	
Paisagens do Mato Grosso ao Longo de um Caminho .....	19
<i>Messias Modesto dos Passos</i>	
Análise Hidrogeomorfológica da Bacia do Córrego Rico-MS: Módulo II "Ritmo da Pluviosidade e Regime Sazonal" .....	23
<i>Valter Guimarães</i>	
Bairros das Cidades de Anastácio e Aquidauana: Uma Proposta de Divisão do Espaço Urbano .....	27
<i>Paulo Roberto Jóia</i>	
As ruas de geração em geração: A Formação do Espaço Geográfico de Campo Grande .....	33
<i>Antônio Firmino de Oliveira Neto</i>	
Linguagem e Cidadania .....	36
<i>Vilma Begossi</i>	

A Face Oculta da Leitura .....	41
<i>Maria Regina Bertholini Aguilar</i>	
Traduzir .....	45
<i>Eliana Mara Costa Roos</i>	

# A População Paraguaia em Jardim MS: Identidade e Cultura\*

Alvina Denize Boeira\*\*

A riqueza cultural envolvendo regiões fronteiriças nos apresenta o caso dos paraguaios (de origem hispânica/guarani) e descendentes destes que residem no Mato Grosso do Sul, com é o caso de Jardim-MS, onde verifica -se a existência de um número relevante destes. A proposta desse artigo através da leitura e dados coletados seria destinado a compreender a característica cultural, a territorialidade e nacionalidade que envolve tal população, entendendo as diferenciações espaciais e culturais que configuram o território nacional.

Um dos recursos para se entender, para identificar os aspectos da cultura, das tradições, da história que envolve os segmentos étnicos/culturais dessa população, enfim, para elencar informações pode ser realizado através de documentos das Associações Paraguaias existentes no MS, fundamentalmente através da história oral, em bibliografias específicas, e junto a Associação Recreativa Fronteira Tupã Sy Caacupé (associação que reúne paraguaios e descendentes), fundada em 1993 no município de Jardim-MS, tentando melhor apreender a concretude que os caracteriza diferencialmente em relação aos costumes, língua, hábitos alimentares, religiosidade, música, trabalho, etc.

Falar da População Paraguaia no Mato grosso do Sul, mais precisamente de um município no Mato Grosso do Sul, como é o caso de Jardim, é falar de mi-

gração, de etnia, de cultura, é falar de nacionalidade e territorialidade.

Embora o título da Segunda parte do livro Território, Globalização e Fragmentação (1994) “O desenvolvimento é uma viagem com mais naufragos do que navegantes” nos sugira uma reflexão de que as minorias culturais estão em vias de extinção, é na introdução de Milton Santos em “O retorno do território” (1994) que se sinaliza uma outra reflexão, “pensar o território sob a ótica de uma constante revisão histórica, pensar através de um entendimento onde este (território) é apontado como “um permanente quadro de vida”, afastando o risco da alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva...” (Santos, et alii, 1994).

Na possibilidade de entender uma comunidade diferenciada dentre ao universo brasileiro, onde a pluralidade cultural é efetivamente vasta, os paraguaios em território brasileiro (de origem hispânica-guarani) são apresentados como objeto de investigação com a finalidade de se olhar o território nacional “além do nacional”, além do caráter globalizante da sociedade atual, de acordo com Santos (1994) “o território usado são objetos, são ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado” (SANTOS, et alii, 1994).

O atual território do Estado do Mato Grosso do Sul passou a pertencer à Portugal somente a partir de 1750 com o Tra-

\* Parte da pesquisa, nível mestrado, junto ao Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente

\*\* Aluna matriculada no curso de Pós-Graduação “Desenvolvimento Regional e Planejamento Ambiental” junto a Universidade Estadual Paulista-UNESP campus de Presidente Prudente-SP - end. para correspondência: av. Mato Grosso, 400 - cep.79240-000. Jardim-MS- email: alvinadenizeboeira@starmedia.com

tado de Madri. O interesse principal de Portugal era explorar as riquezas e não colonizar, habitado realmente, só veio se concretizar neste século.

Este estado serviu durante tempo como ponto de passagem dos Bandeirantes para explorar ouro na região de Cuiabá, ou então para atividades singulares de grande pastoreio em áreas de cerrado e campo. Essa incipiente atividade veio caracterizar toda uma forma de ocupação até os dias de hoje que é a criação de gado

A entrada dos bandeirantes, a construção dos Fortes (Coimbra e Príncipe) e uma das atividades que veio contribuir para um certo dinamismo regional foi a erva mate, mais precisamente na parte sul e sudoeste do estado, desenvolvendo-se principalmente após a guerra do Paraguai envolvendo a Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai), na ocasião Tomás de Laranjeira que fora encarregado de demarcar as terras entre Brasil e Paraguai contra a presença da erva mate nativa, conseguindo concessão para exploração nestas terras formando assim a CIA Mate Laranjeira, que utilizou durante muito tempo a mão de obra dos índios guaranis e dos castelhanos que habitavam a região (já que estes conheciam a erva com *ninguém*), significando então início do que seria a perda de suas terras.

O contingente populacional no Estado do Mato Grosso do Sul conta com apenas 35% de habitantes nativos, enquanto 65% dessa população é originária de outros estados ou países. Dentre os restantes 65% vieram dos países vizinhos, principalmente fronteiriços, o fluxo migratório mais intenso foi no início do século, tendo como atrativos, a construção de estradas, formação de colônias e fazendas de gado, extração de minérios.

Um fator importante que trouxe um contingente de paraguaios para a região sudoeste do Mato Grosso do Sul, foi a guerra civil de 1947 onde os perdedores com medo das perseguições políticas e da imposição ditatorial que se iniciava saíram em massa do Paraguai, aliadas as crises econômicas e ao empobrecimento deste, a também Guerra do Chaco entre Paraguai e Bolívia (1932 a 1935) que trazendo inú-

meras conseqüências econômicas impulsionou as migrações paraguaias.

Com preocupação estratégica geopolítica de proteger e garantir suas fronteiras no Estado Novo (1937) iniciou-se no então Mato Grosso uma política de nacionalização das fronteiras, uma preocupação que significou o desenvolvimento populacional significativo. Em 1946 se constituiu o município de Itaporã regulamentada pelo projeto de colonização, e 1943 a criação do CAND (Colônia Agrícola Nacional de Dourados), havendo distribuição de 6500 lotes rurais a camponeses sem terra vindos de outras regiões.

No contexto da industrialização nacional, da urbanização, da necessidade de suprir o mercado consumidor interno, a alimentação da população do Centro Oeste passa a se inserir na chamada Divisão Territorial do Trabalho, então a partir de 1950 a “marcha para o oeste” caracteriza todo um processo de colonização que vai atrair paulistas, paranaenses, gaúchos e mineiros, as empresas privadas de Colonização como Cotia (1951), Cia Vera Cruz (1953), Someco (1962) e o próprio Estado (via subsídios), são condicionantes que através do preço baixo e fertilidade das terras vão impulsionar a ocupação espacial e territorial no Mato grosso do Sul.

No Brasil colonial os guaranis eram conhecidos genericamente como *carijós* e no Paraguai como *cariós*. O termo guarani, significa guerreiro passou a ser empregado no séc. XVII, para designar um grande número de índios falantes de dialetos da língua guarani, da família linguística Tupi-Guarani. Eles ocupavam uma vasta área entre a Bacia do Paraná e Bacia do Paraguai, a língua hoje é falada pôr aproximadamente 25 mil índios no Brasil; 8 mil no Paraguai; 60 mil na Bolívia, e quase 3 milhões de não-índios do Paraguai moderno, além do número não pesquisado de hispânicos-guaranis que vivem nas regiões fronteiriças.

A relação entre os colonizadores (espanhóis) e nativos guaranis na região foi no início vantajosa para ambos, a implantação do modelo colonizador foi satisfeita em troca da habilidade de plantio de alimentos e recursos humanos neces-

sários oferecidos pelos guaranis para proteção destes contra tribos guerreiras agace e guiacurus. Selava-se um compromisso que dava ao chefe guarani certo prestígio.

A cordialidade dos primeiros momentos e equilíbrio nesta relação foram o que garantiriam aos espanhóis num futuro próximo sua soberania sobre estes povos. Os índios guaranis não tinham idéia da reais intenções dos colonizadores, que sem dúvida eram no sentido de planos ibéricos para conquista do Alto Paraguai e para a investida em direção a mitológica “Terra Sem Mal” (que as tradições indígenas se referem) onde se ocultava riquezas, e incentivo para tal crença se dava ao fato dos ornamentos de metais preciosos que vários índios usavam.

Os espanhóis ao perceberem um traço cultural dos índios guaranis -kariós, onde no casamentos irmãos homens da noiva prestavam serviços ao marido, e além dos trabalhos executados pelos cunhados, as mulheres cuidavam da agricultura - base da economia- e da tecelagem do algodão, os índios tinham em mente que um parentesco com os espanhóis traria status e proteção, os espanhóis por outro lado perceberam a utilidade de tais aspectos culturais, Domingos Martinez de Irala comandou todo um processo de casamentos em massa entre espanhóis e guaranis, casando ao mesmo tempo um espanhol com várias índias, foi o que iria, portanto, estruturar a demografia da sociedade paraguaia atual. Contudo a relação de parentesco se tornou para os índio totalmente imprópria visto que a ganância dos colonizadores os levou a uma mera condição de mão-de-obra.

A mestiçagem conduziu a hispanização da população regional. Ao final do séc. XVI o modo de produção político, econômico e social estava perfeitamente consolidado, mas os guaranis ainda eram a sustentação deste.

O município de Jardim no Mato Grosso do Sul pertencente a microrregião da Bodoquena, distante da fronteira de Bella Vista (Paraguai) 80 Km, de Pedro Juan Caballero (Paraguai) 230 km, tornou-se município em 1953, conta hoje com 20.570 habitantes, desse total não se tem

o número dos paraguayos de nacionalidade e dos paraguayos hispânicos-guaranis por condição de descendência.

Em levantamento realizado em 1998 (Boeira) na maior escola da cidade (EEPSG Cel. Rufino) com 1232 matriculados, 755 (mais de 60%) destes alunos possuem nomes ou sobrenomes de origem hispânicas (castelhanas) e raramente sobrenome de origem guarani, que revela a incorporação nominal por parte da nação guarani (que nunca se constituiu uma unidade política), embora a grande maioria sejam descendentes, os pais, os avós ou tataravós são de nacionalidade e origem hispânica guarani. Alguns sobrenomes comuns nas escolas, instituições, cartórios na cidade são Ramirez, Rodriguez, Aguela, Allende, Cabrera, Ajala, Gamarra, Garcia, Jara, Ortiz, Romero, Amarilla e tantos outros.

A criação da Associação Recreativa Fronteira Tupã sy Caacupé (1993) em Jardim, revela a necessidade de conjugar interesses culturais/étnicos de pessoas que resistiram ao processo modernizante da sociedade que os envolve, buscando resgatar o que é possível de sua cultura (ver parte do estatuto da associação em anexo) . Ainda que seja um número restrito de associados (80) diante de uma parcela tão significativa de pessoas que poderiam se associar pois possuem toda uma história ligada a descendência e cultura hispânica-guarani.

A Associação entende que toda uma história secular de dispersão espacial e cultural não viabilizaria em apenas 7 anos (tempo de fundação da Associação) a adesão de toda uma comunidade de origem paraguaia, mas que o tempo aliada ao trabalho que pretendem desenvolver mudará este quadro.

O caráter regional cultural e populacional agrega não somente o município de Jardim, mas, também outros, sendo Jardim contemplado como estudo de caso para se visualizar e entender o regional, outras espacialidades poderiam se anexar nesta temática como os municípios próximos de Jardim: Guia Lopes da Laguna, Bela Vista, Porto Murtinho, Caracol, Antonio João, Aquidauana, Ponta Porã, Nioaque, Bonito e a capital Campo Grande.

Embora percebamos a perda das tradições culturais e étnicas da população paraguaia, contribuindo esta perda para que haja a descaracterização destes como um grupo étnico, a incapacidade de terem desenvolvido uma consciência de classe, permitindo assim que sua cultura fosse lentamente subjugada a primazia cultural dos migrantes vindo de outros lugares distantes, principalmente gaúchos, paranaenses e paulistas, perdendo assim parte de sua identidade cultural, as Associações existentes em Campo Grande, em Aquidauana (ARPA) e a Tupã Sy Caacupé em Jardim nos permitem pensar a possibilidade de uma crescente incorporação da consciência da diferencialidade e necessidade da

manutenção das características culturais e das tradições que persistem e se mantêm contrárias a tantos processos massificantes da cultura moderna.

Visto assim enquanto processo veloz e determinante na fragmentação das culturas locais podemos citar José de Souza Martins (1993) “a história local é a história da particularidade embora se determine pelos componentes universais da história. Isto é, embora na escala local raramente sejam visíveis as formas e conteúdos dos grandes processos históricos, ele ganha sentido por meio deles quase sempre ocultos e invisíveis(...) é no âmbito do local que a história é vivida e é onde pois tem sentido” (Ana Fani Alessandri Carlos, 1996).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARCA. Revista do Arquivo Histórico de Campo Grande-MS. Dez. 1993 (número 4). Ed.SEMCE. Secretaria Municipal da Cultura e do Esporte. A Cultura Guarani- Na formação da sociedade Paraguaia.p.5.-9
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é Sólido Desmancha no Ar: A Aventura da modernidade*. São Paulo, 1986. Segunda edição, ed. Companhia das Letras.
- BINIFAZI, Walter. El Centenario de La Epopeya Nacional: *Rugidos de Leones Debujos*. Assunción-Paraguay, 1968.
- BRASIL. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1992.
- CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e Bandidos em Mato grosso: 1889-1943*. Campo Grande, MS. Editora UFMS, 1995.
- CORRÊA, Virgílio. *História do Mato Grosso*. Rio de Janeiro: INL-MEC, 1968.
- CORRÊA, Lúcia Salsa. *História e Fronteira- Sul de mato grosso: 1870-1920*. Campo Grande: UCDB, 1999.
- DICIONÁRIO de Ciências Sociais. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Primeira Edição, 1986. Editora Fundação Getúlio Vargas.
- ECO, Humberto. *Como Se Faz Uma Tese*. São Paulo, 1996. 14 Edição. Editora Perspectiva.
- FAISSOL, Speridião. *O Espaço, Território, Sociedade e Desenvolvimento Brasileiro*. Rio de Janeiro, 1994. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE.
- GEOGRAFIA do Brasil. *Grande Região Centro Oeste*. Rio de Janeiro, 1960. Vol.2. Biblioteca Geográfica Brasileira. Instituto Brasileiro de geografia e Estatística.
- GALEANO, Eduardo. *As Veias Abertas da América Latina*. Rio de Janeiro, 1977. Ed. Paz e Terra.
- HELLER, Agnes. *Sociologia de La vida Cotidiana*. Barcelona, 1991. Ed. Península. Primeira edição, 1977.
- HILDEBRANDO, Campestrini, Guimarães, Acyr, Vaz. *História do Mato grosso do Sul*. Campo Grande-MS, 1991, segunda edição. Assembléia Legislativa de Mato Grosso do Sul.
- KEESING, Félix Maxwell. *Antropologia Cultural: A Ciência dos Costumes*. Rio de Janeiro. Editora Fundo de Cultura, 1972, segunda edição brasileira, vol.1
- MELLO, Raul Silveira. *Para Além dos Bandeirantes*. Rio de Janeiro. 1968. Biblioteca do Exército.
- MIZUSAKI, Márcia Yukary. *A territorialização da Avicultura no Estados do Mato Grosso do SUL: o caso da Coagri*. Dissertação de Mestrado, Presidente Prudente, FCT/ UNESP, 1996.
- INSTITUTO Osvaldo Lodi. *Ciclo da Erva-Mate em Mato grosso do Sul*. Campo Grande-MS, 1986. p. (Série Histórica.Coletânea). Ed. Instituto Osvaldo Lodi.
- ROSA, Pedro Ângelo. *Resenha Histórica de Mato grosso (fronteira com Paraguai)*. Campo Grande-MS, Ruy Barbosa, 1962
- SANTOS, Milton. *A Natureza Do Espaço:Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo, 1997. Segunda Edição. Ed. Hucitec.
- SANTOS, Milton et alii (1994) *Território, Globalização e Fragmentação*. Editora Hucitec/Anpur, São Paulo.
- SUSNIK, Branislava. *Etnografia Paraguaya*. Museu Etnográfico “Andrés Barbero”. Assunción-Paraguaiy, 1978

# Projeto Vivo - Conservação, Produção e Harmonia

*Franziska Meier de Souza\**

---

A 32 km da cidade de Bonito – MS, localiza-se a Fazenda da Barra, propriedade adquirida em 1985 por Jaime Sanches, encontrando-se hoje o Projeto Vivo, situado as margens do Rio Formoso com o Rio Miranda

A partir de 1987 inicia-se a preocupação conservacionista na propriedade, dando origem assim ao Projeto Vivo, estando este, alicerçado no desenvolvimento sustentado. (produção, conservação e harmonia)

O primeiro passo dado pelo Projeto Vivo, foi a preservação da mata ciliar, observando-se com esta atitude conscientizar os proprietários locais da importância vital desta vegetação. O próximo passo, foi a criação de uma RPPN (Reserva Particular do Patrimônio Natural), com a supervisão tecnológica da SEMA – MS, com área de 88 hectares, sendo o encontro das águas do Rio Formoso com o Rio Miranda, seu grande atrativo natural.

A pecuária, uma das atividades econômicas dentro do Projeto Vivo, estende-se por 327 hectares (55,14 %, de um total 593 hectares). Essa ocupação restrita, para a pecuária, obriga ao Projeto Vivo, estar sempre a procura de tecnologia capaz de aumentar a produtividade. Atualmente, são usados para atingir essa meta, o cruza-

mento industrial com raças européias (inseminação artificial), mineralização (sal mineral com homeopatia), manejo de pastagem (sistema “voisin”) e uma mão de obra qualificada. Em 1995, o Projeto Vivo contratou uma empresa de consultoria em projetos de ecoturismo, que realizou a elaboração de trilhas para caminhadas e cavalgadas, a utilização dos recursos humanos, e o planejamento de sua operacionalização. Em Julho do mesmo ano, o Projeto Vivo abre suas portas para o público, desenvolvendo a atividade do ecoturismo.

Produzir riqueza de forma mais equilibrada, transformar o empreendimento em um difusor de conhecimento e tecnologia e semear um mundo mais vivo e consciente, esses são os objetivos do Projeto Vivo.

## **LOCALIZAÇÃO**

Bonito, uma cidade que vem crescendo cada vez mais por causa das suas magníficas belezas naturais e que tem um turismo em franco desenvolvimento, fica a 330 km de Campo Grande, a capital do Estado Mato Grosso do Sul. O Projeto Vivo na Fazenda da Barra é um dos vários passeios que podem ser feitos pelos turistas e é situada a 32 km da cidade de Bonito.

\* Projeto Vivo Bonito - MS

Como o nome já diz, a Fazenda fica na Barra do Rio Formoso com o Rio Miranda.

## HISTÓRICO

A Fazenda da Barra foi adquirida por Jayme Sanches em 1985 de Luciano Belini que ocupou a propriedade desmatando áreas expressivas de beira de rio para introdução de pastagem e agricultura. Até 1987 a Fazenda era utilizada como pesqueiro por Jayme Sanches. Ainda em 1987, o filho Jayme A.P. Sanches assume a propriedade e começa a se preocupar com os aspectos conservacionistas da área.

## O PROJETO VIVO E A CONSERVAÇÃO

No Projeto Vivo, a Mata Ciliar é protegida. Mata Ciliar é o nome técnico das matas que margeiam os rios, riachos, córregos e nascentes e elas têm papel fundamental na proteção dos cursos d'água. Enquanto o rio força a barranca com suas águas, a vegetação dá resistência as margens contra o desbarrancamento e assoreamento do leito, serve também para o escoamento superficial das águas de chuva, é abrigo, fonte de alimento e corredor para circulação de animais silvestres. Infelizmente por ignorância de sua importância, estas matas são irresponsavelmente destruídas.

Em 1987 a Fazenda da Barra criou a RPPN - Reserva Particular do Patrimônio Natural que se estende por 88 hectares, abrangendo 3000 metros da margem do Rio Formoso até a sua confluência com o Rio Miranda, seguindo por mais 500 metros deste. A RPPN é uma unidade de preservação permanente criada pelo IBAMA por destinação do seu proprietário, e em caráter perpétuo, imóvel do domínio privado em que, no todo ou em parte, sejam identificadas condições naturais primitivas, semi-primitivas, recuperadas, ou cujas características justifiquem ações de recuperação pelo seu aspecto paisagístico, ou para a preservação do ciclo biológico de espécies da fauna ou flora nativas do Brasil. O reconhecimento e o registro dessas áreas como Reservas Particulares do Patrimônio Natural não

acarretam aos seus proprietários prejuízo do direito de propriedade, mas, pelo contrário, asseguram-lhes o mesmo apoio e proteção dispensados pelas autoridades públicas às unidades de preservação permanente, além de isentarem as mesmas de ITR.

Além da RPPN a Fazenda da Barra possui as Reservas Legal e Florestal, a soma de suas reservas totaliza 46 % da sua área total. Ao contrário da Mata Ciliar, nestas Reservas é permitida a exploração econômica, desde que haja um projeto técnico de manejo de seus recursos. A reserva Legal é a representação do ambiente natural. Essas reservas fazem um importante papel em relação aos recursos hídricos, a conservação do solo e a situação micro-climática. O manejo dos recursos florestais e a manutenção destas reservas permite ao proprietário ter mais uma fonte geradora de lucro, benefícios socio-econômicos para sua fazenda e para a comunidade.

Um dos maiores problemas ambientais nas fazendas é a proliferação das queimadas. Não se utiliza na Fazenda, nunca, deste recurso.

## PROJETO VIVO E A PECUÁRIA

A área da Fazenda destinada a atividade pecuária é de 327 hectares (total 588 hectares). Para alcançar índices de produtividade, compatível com a pecuária moderna, o seu manejo está centrado na técnica de mão de obra e infraestrutura.

O primeiro passo na formação das pastagens da Fazenda foi um planejamento cuidadoso, respeitando-se a conservação de capões e matas ciliares para abrigar o rebanho e também animais silvestres. Para saber o tipo de pasto adequado foi feito um estudo sobre a composição do solo.

Dentre as tecnologias adotadas para aumento da produtividade, o cruzamento industrial, além de produzir animais mais pesados e de mais rápido acabamento de carcaça, aumenta a precocidade sexual das fêmeas que tem alta fertilidade. A base do rebanho é da raça Nelore (mais resistente ao clima e a ectoparasitas)

que é cruzado através de inseminação artificial com as raça Red Angus e o repasse feito com touro Canchim.

Outro fator importante para aumentar a produção e a rentabilidade da Fazenda é a suplementação protéica/energética associado ao sal mineral com produtos homeopáticos.

A ação da homeopatia se baseia na energia existente nos medicamentos, liberada por um processo de preparação que se caracteriza por diluições sucessivas e intercaladas por dinamizações (sucussões repetidas). A mais ampla e mais recente aplicação da homeopatia veterinária, é a homeopatia populacional. Este tipo de utilização não é curativo, é estimulatório, e promove o equilíbrio do organismo, melhorando o aproveitamento dos alimentos resultando em uma melhor conversão alimentar, menor consumo de alimentos, maior mansidão dos animais, maior ganho de peso, aumento da fertilidade, e como consequência o rebanho fica mais sadio economizando medicamentos.

Visando aumentar a produtividade, a Fazenda adotou em junho de 1997, o sistema de manejo racional de pastagens “Voisin”.

O “Voisin” permite um melhor aproveitamento das pastagens através do aumento na capacidade de lotação dos pastos.

A área onde foi implantado o sistema conta com 56 invernadas de 1ha. utilizando cerca elétrica. O manejo básico consiste em alternar diariamente o pasto utilizado, reduzindo o período de pisoteio da pastagem e proporcionando uma carga de matéria orgânica muito maior se comparado com o sistema convencional, que aduba o pasto, retardando sua degradação.

Mas nenhuma dessas tecnologias funcionará sem uma mão de obra treinada e qualificada. O Projeto Vivo acredita que o investimento em mão de obra é tão importante quanto a tecnologia. Com um sistema de participação dos funcionários na produção ambos, proprietário e funcionário, aumentam a sua renda. Não é só o aspecto financeiro que conduziu a essa atitude, mas também a importância e a

valorização do trabalhador que se sente mais motivada e incentivada a executar um trabalho melhor, passa a valorizar mais a si próprio e seu ambiente de trabalho.

## **PROJETO VIVO E O ECOTURISMO**

Ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas. Portanto, a compatibilidade do ecoturismo com o dimensionamento do número de visitantes, a adoção de parâmetros para implantação da infraestrutura, o respeito e a valorização da cultura local e seus recursos naturais são princípios básicos e imprescindíveis para o desenvolvimento harmônico desta atividade.

Em 1995, o Projeto Vivo contratou uma empresa de consultoria em projetos de ecoturismo que realizou a elaboração de trilhas para caminhadas e cavalgadas, a utilização dos recursos hídricos da Fazenda, a criação de materiais informativos para os visitantes, treinamento dos recursos humanos e o planejamento de sua operacionalização. Em Julho do mesmo ano, o Projeto Vivo abre suas portas para o público e vem desde então explorando o ecoturismo.

O produto ecoturístico no Projeto Vivo é um programa de dia inteiro e inclui caminhada em trilha interpretativa, passeio de bote no Rio Formoso, passeio a cavalo pela Fazenda, almoço, lanches, biblioteca e oficina de artes com técnica de papel reciclado. Os passeios são acompanhados por guias credenciados e pelos próprios funcionários do Projeto Vivo. Cada um dos passeios tem como objetivo de mostrar a ideia e filosofia do Projeto Vivo. O passeio a cavalo mostra a parte do manejo de gado e a trilha passa também pelas reservas Legal e Florestal. Na Reserva Particular do Patrimônio Natural foi criada uma trilha interpretativa que percorre a mata ciliar com infraestrutura como mirantes, pontes e escadas. É possível observar

avifauna e belos cardumes de peixes. O desembarque do passeio de bote é no encontro do Rio Formoso com o Rio Miranda, e as águas de cores diferentes constituem-se em atrativo natural. Outro atrativo do Projeto Vivo são os chalés que servem como hospedagens. Construídos de modo artesanal e com o aproveitamento de madeiras de leiras, eles demonstram o intuito de aproveitar o desperdício.

O Projeto Vivo busca o seu público-alvo em pessoas com sensibilidade para o ecoturismo, escolas com interesse em educação ambiental, famílias, entre outros. É

um produto de baixo impacto, recebendo até 48 pessoas/dia e acompanha a tendência de mercado onde cresce o número de viajantes a procura de lazer, qualidade de serviços e informações sobre o ambiente natural.

### **PROJETO VIVO E A HARMONIA**

Todos esses trabalhos e ideias do Projeto Vivo procuram unir o mesmo objetivo; produzir riqueza de forma mais equilibrada, transformar o empreendimento em um difusor de conhecimento e tecnologia e semear um mundo mais vivo e consciente.

# Desenvolvimento Regional do Mato Grosso do Sul: O Caso do Cimento\*

Márcia Ajala Almeida\*\*

---

---

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho sintetiza uma dissertação que resulta da análise regional do comportamento das indústrias de cimento dentro do estado de Mato Grosso do Sul. Neste contexto compreender e analisar as peculiaridades da organização econômica e industrial do estado de Mato Grosso do Sul, requer o conhecimento evolutivo destes processos em relação aos diferentes aspectos ligados à formação política e econômica do estado, como modalidades de exploração econômica, potencial de recursos naturais e especialmente as políticas traçadas para a região no nível governamental.

Assim, poderemos identificar algumas modificações que estariam acontecendo nos enfoques tradicionais dos fatores de localização industrial e na forma de geração de progresso técnico na indústria do cimento, tornando-as mais competitivas e oligopolistas. Essas mudanças trazem uma nova visão da dinâmica da indústria no processo de organização do espaço e de desenvolvimento regional de uma determinada região.

A análise do desenvolvimento regional e da indústria, através do recorte do estado de Mato Grosso do Sul, da localização das unidades de produção de cimento no estado - situadas nos municípios de Bodoquena com a fábrica do Grupo Camargo Corrêa e Corumbá com a fábrica do Grupo Votorantim, busca ava-

liar a relação entre as indústrias cimenteiras e o Estado.

Numa abordagem mais específica, da atividade industrial, observa-se que as relações entre indústria do cimento e desenvolvimento regional, estão articuladas entre o nível político e o econômico nos aspectos de gerenciamento de recursos, gerenciamento do território, planejamento de políticas de desenvolvimento e políticas setoriais da indústria, da habitação e da energia, bem como as atividades de pesquisa e ensino tecnológico.

Com a criação do estado de Mato Grosso do Sul em 1977, através do desmembramento do antigo Mato Grosso, desobstruiu-se as barreiras que seguravam o progresso de ambos os lados: o sul ficaria - como ficou - com 74% da arrecadação do velho estado e financeira, em termos, seu próprio crescimento; ao passo que o norte seria - como foi - beneficiado pelos programas governamentais de colonização de fronteira e expansão agrícola (Oliveira, 1993, p.24).

A industrialização, durante toda a década de 1970, não fez parte dos programas dos investidores. Em 1970 existiam 643 indústrias no Mato Grosso do Sul e em 1979 esse número aumentou para 832 estabelecimentos, menos de 30% em nove anos. O primeiro ano de existência do novo estado (1979) registrava apenas algumas indústrias com peso significativo na arrecadação: dois matadouros; uma indús-

---

\* Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Ciência e Tecnologia - Campus de Presidente Prudente em 05/07/99.

\*\* Professora do Departamento de Geociências

tria de cimento na cidade de Corumbá; duas destilarias na cidade de Pedro Gomes e Rio Brilhante, e as ultrapassadas indústrias extrativas da morraria do Urucum.

O setor industrial passou a ganhar destaque a partir da década de 1980, quando grandes grupos industriais nacionais decidiram instalar unidades de transformação das matérias-primas da região, rompendo com a base industrial preexistente, caracterizada por estabelecimentos locais que realizavam o beneficiamento dos recursos naturais e agropecuários existentes no estado.

## 2. POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO E O CIMENTO

O Estado situa-se no centro da vida política e igualmente da atividade econômica e social, não ultrapassa nem elimina os conflitos e as contradições de classes da sociedade pela sua lógica e sua racionalidade onipresente. O desenvolvimento regional e o planejamento dos sistemas regionais nacionais convertem-se numa importante atividade estatal, sob o paradigma da “integração nacional”.

O processo de crescimento econômico regional não pode ser considerado como essencialmente originado em forças e mecanismos exógenos à região que depende especialmente (mas não exclusivamente) de esboço das políticas macroeconômicas, do critério que guia a alocação de recursos entre regiões e da demanda externa. Pelo contrário, o processo de desenvolvimento regional é considerado, mormente, como a internalização do crescimento e, em consequência, como de natureza essencialmente endógena.

Segundo Francesconi (1996, p.90) “o grande crescimento do cimento se dá pela inserção da mesma no projeto político gestado mundialmente de expansão da acumulação, a partir da expansão mundial do capital industrial. Expansão que, no Brasil torna-se visível a partir dos anos 20, e intensifica-se progressivamente redimensionando-se com o desenvolvimentismo nos anos 50, é reforçada em novas bases nos anos 70, com os governo militares, mediante seu projeto nacional. As bases desse projeto assentavam em alguns pilares de crescimento econômico para os quais a produção do cimento era básica, estrategicamente: o plano habitacional e a expansão da infra-estrutura de energia elétrica, incluída como está explicitado no IPND, no tripé ‘Estado, capital privado nacional e capital privado estrangeiro’”.

Dessa forma o Estado é compelido a tomar uma série de iniciativas de proteção ao

setor industrial, concedendo privilégios especiais quanto à política fiscal e de crédito, ao estímulo à produção, às garantias de comercialização, à formação de capital através do confisco cambial, etc., com o objetivo de impulsionar a ampliação da produção industrial.

O crescimento da industrialização deve-se ao trabalho de captação de investimentos e de incentivos fiscais oferecidos pelo governo. A nova lei de incentivo foi sancionada no final de 1997, aumentando o tempo de benefício fiscal de cinco para até dezessete anos.

Com a legislação, foi criado o Programa Ações para o Desenvolvimento de Mato Grosso do Sul, que objetiva estimular as transformações de produtos primários e recursos naturais, diversificando a base produtiva e industrial, bem como a interiorização deste processo no estado. O programa oferece isenção total do ICMS, excluindo-se a quota-parte dos municípios e o percentual destinado ao Fundo de Desenvolvimento Industrial.

A economia sul-matogrossense voltada para a agropecuária, dada as características propícias do seu ecossistema, apresenta enormes perspectivas de acelerar o processo de industrialização, considerando o potencial existente para a diversificação da base econômica. As transformações verificadas na economia sul-matogrossense, em virtude dos processos de modernização, diversificação e expansão, a partir da década de 1980, são de uma economia voltada, basicamente, ao setor primário evoluindo para um perfil agro-industrial (Oliveira, 1996). Isso se reflete nas taxas de crescimento médio do PIB real no período entre 1980 e 1995 que foram superiores às do Brasil, sendo em média de 5,2%, ao passo que, a média nacional foi de 2,0%.

Cabe destacar que as empresas, mormente as de grande porte, têm planejamento de longo prazo e, dessa forma, a decisão de investir ou não em uma determinada região deve-se a diversos fatores, tais como: a proximidade com o mercado consumidor ou matéria-prima, a qualidade da mão-de-obra, a qualidade dos serviços públicos, as condições de infra-estrutura (especialmente de transporte e de comunicação), qualidade de vida das regiões, e por fim, as políticas de incentivos fiscais.

Alguns projetos para a estratégia de desenvolvimento regional que se aplica ao estado de Mato Grosso do Sul são obras, como a ferrovia, ponte (entre Mundo Novo e Guaíra, interligando o estado ao sul do país), gasoduto, usinas termoeletricas e outras, formam uma

conjunção que resolvem os problemas competitivos que a região toda tem, com relação a outras regiões do país, passando a oferecer possibilidade de exploração, seja mineral, industrial ou agropecuária.

Portanto, tornam-se explícitas as ações políticas governamentais voltadas para o desenvolvimento regional, que oferecem importante contribuição para a expansão da indústria do cimento na região Centro-Oeste. Consequentemente, o reflexo do crescimento econômico, e do processo de urbanização crescente na região impulsionam o aumento da produção cimenteira.

### 3. INDÚSTRIAS DE CIMENTO: O CASO DE MATO GROSSO DO SUL

Na região Centro-Oeste, segundo Almeida et al. (1977), a primeira fábrica de cimento que foi instalada na cidade de Corumbá, no antigo estado de Mato Grosso, no ano de 1955, é a Cimento Itaú de Corumbá S.A, trata-se da antiga Companhia de Cimento Portland Corumbá (hoje Cia. Cimento Portland Itaú do Grupo Votorantim). Em 1960 já contribuía com 30% da produção regional do gênero, proporcionou grande impulso na industrialização do estado, associada ao processo de urbanização e da intensificação do uso do cimento para o consumo urbano, trabalhando inicialmente com um forno rotativo com capacidade de 270 toneladas de clínquer por dia. Com a construção das usinas hidrelétricas de Urubupungá, houve ampliação de equipamento e maquinaria com mais um forno rotativo, com capacidade de 330 toneladas de clínquer para atender a demanda da CESP.

Em 1993, foi implantada mais uma fábrica de cimento no estado de Mato Grosso do Sul, a Camargo Corrêa Cimentos do Grupo Camargo Corrêa. Foi implantada, após vários estudos geológicos e ambientais, numa área localizada no município de Bodoquena onde existe uma grande reserva de calcário e filito.

Ferreira (1997) menciona os fatores de localização, as estruturas técnica, financeira e organizacional das indústrias de cimento de Mato Grosso do Sul, observando que a existência de matéria-prima, a facilidade de transporte para o escoamento da produção e a ampliação do mercado foram decisivos na instalação de duas grandes fábricas de cimento no Mato Grosso do Sul, uma do Grupo Votorantim em Corumbá, fabricante do cimento *Itaú* e outra do Grupo Camargo Corrêa em Bodoquena, fabricante do cimento *Eldorado*.

A localização dos empreendimentos cimenteiros no estado de Mato Grosso do Sul, contribui significativamente ao desenvolvimento econômico do espaço regional mediante alterações que provoca na organização do espaço sul matogrossense, de maneira mais destacada a partir da divisão do estado.

### 4. AS MUDANÇAS NA ESTRUTURAÇÃO REGIONAL

Fica explícito que a estruturação do espaço regional não está limitada às características do quadro físico ou do quadro humano desenvolvido pelos segmentos sociais que se apropriaram deste território e o modelaram ao longo da sua história. A estruturação regional relaciona-se ao contexto nacional como uma totalidade social, sendo esta regida pela dinâmica da expansão capitalista.

No caso da estrutura espacial do estado de Mato Grosso do Sul, na atualidade, identificam-se espaços construídos na fase em que a região do Pantanal oferecia condições naturais para a economia pastoril, apesar do atual desenvolvimento das forças produtivas, possui ainda muitas características naturais, e dominantes, de quando a área era ocupada massivamente pelos indígenas que aí viviam quando da chegada dos portugueses.

A melhoria da distribuição intra-regional das atividades e da força de trabalho deve ser buscada e viabilizada, mediante medidas adequadas, na medida em que as evoluções na ocupação do espaço no Mato Grosso do Sul, ainda evidenciam a concentração do emprego e do nível de renda na capital.

A formulação de políticas sub-regionais deve permitir uma melhor redistribuição das atividades produtivas bem como uma previsão de seus efeitos. Tais políticas devem ter como pressupostos: a consolidação das estruturas produtivas e sociais nas áreas de ocupação recente, com atenção voltada essencialmente para as áreas de profundo atraso sócio-econômico e de pobreza absoluta e a intensificação das atividades produtivas nas áreas já consolidadas.

### 5. CONCLUSÃO

As políticas de desenvolvimento regional e alguns dos seus mecanismos fiscais e financeiros seguramente influenciaram a implantação de empreendimentos de maior porte, mormente no setor industrial. A intervenção do Estado foi de fundamental importância através da oferta de infra estrutura e de incentivos fiscais e do fornecimento de crédito e incentivo financeiro.

Para um estado cuja dinâmica econômica muito depende do apoio governamental, especialmente levando-se em consideração que se trata de uma economia com forte presença do setor primário, a redefinição da forma sob a qual o Estado deve atuar, incluindo-se o modo de participação da União, Estados e Municípios, e do padrão de financiamento dos gastos pú-

blicos é fundamental para uma dinâmica do seu crescimento.

Neste contexto, destacamos a importante participação dos grupos cimenteiros, consolidados em quase todo território nacional, como é o caso dos grupos Camargo Corrêa e Votorantim. Desta forma, pode-se considerar que as indústrias cimenteiras foram estrategicamente importantes para o Mato Grosso do Sul e vice-versa.

## 6. BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, M. A. Indústria de cimento em Bodoquena. *Produções Estudantis*, Campo Grande, n.1, p.7-9, dez. 1991.
- ALMEIDA, M. T. B., STEFFAN, E. R., ALMADA, A. T. Atividade industrial. In: *GEOGRAFIA do Brasil: Região Centro-Oeste*. Rio de Janeiro: IBGE, 1977. V.1, p.299-327.
- BARQUERO, A. V. Localización industrial y dinámica regional. *Estudios Territoriales*. Madrid, n.28, p.39-52, 1988.
- CANO, W. *Reflexões sobre o Brasil e a nova (des)ordem internacional*. 3.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1994. (Coleção Momento).
- CASTRO, I. E. Problemas e alternativas metodológicas para a região e o lugar. In: SOUZA, M. A. A. et al. *O novo mapa do mundo - natureza e sociedade hoje: uma leitura geográfica*. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1993. p. 56-63.
- FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE MATO GROSSO DO SUL. "Cadastro industrial de Mato Grosso do Sul". Campo Grande, 1996.
- FERREIRA, M. A. A. M. *Perspectivas da indústria do cimento no Mato Grosso do Sul*. Aquidauana, 1997. 82p. (Monografia apresentada ao Departamento de Geociências, UFMS, Centro Universitário de Aquidauana, para a obtenção do título de Especialista em Geografia).
- FRANCESCONI, L. *Estado e o papel estratégico da indústria do cimento no Brasil*. São Paulo, 1996. 153p. Tese (Doutorado) - Departamento de Geografia, FFLCH, USP.
- GALINDO, O., SANTOS, V. M. Centro-Oeste: evolução recente da economia regional. In: AFFONSO, R. B. A., SILVA, P. L. B. (org.). *desigualdades regionais e desenvolvimento*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995. p.157-194.
- GISBERT, M. L. B. Las teorías de localización industrial: una breve aproximación. *Revista de Estudios Regionales*. Sevilla, Universidade de Andalucía, n.35, enero-abril, 1993, p.51-76.
- IANNI, O. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. 6.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- LOPES, A. S. *Desenvolvimento regional: problemática, teoria, modelos*. 4ªed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995. 406p.
- MAMIGONIAN, A. Inserção de Mato Grosso no mercado nacional e a gênese de Corumbá. *Revista GEOSUL*. Florianópolis, n.1, ano 1, 1986.
- MANZAGOL, C. *Lógica do espaço industrial*. São Paulo: Difel, 1985. 230p.
- MATO GROSSO DO SUL. *Desenvolvimento Sustentável de Mato Grosso do Sul*. MS agora tem futuro. Campo Grande, julho de 1997
- MATO GROSSO DO SUL. *Subsídio à formulação e execução de políticas de desenvolvimento sustentável de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande, 1997.
- MOYES, T. Corporate behaviour and locational change In The UK cement industry. *Geography*. n.340, 78(03): p.295-306, 1993.
- OLIVEIRA, T. C. M. *Agroindústria e reprodução do espaço - o caso soja no Mato Grosso do Sul*. São Paulo, 1993. Tese (Doutorado) - Departamento de Geografia, FFLCH, USP.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: HUCITEC, 1996. 308p.
- SIMONSEN, R. C. *Evolução industrial do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Editora Nacional, 1973.
- SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DO CIMENTO. *Produção de cimento no Brasil*. Rio de Janeiro: s.n., 1995. (mimeo).
- SPOSITO, E. S. *Dinâmica econômica, descontinuidade e territorialização*. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 1996 (mimeo).

# Paisagens do Mato Grosso

## Ao longo de um caminho

Messias Modesto dos Passos\*

A evolução histórica das paisagens, regra geral, é negligenciada pelos ecologistas – pouco familiarizados com os fatos e os documentos históricos –; pelos historiadores que, com raríssimas exceções, não interpretam os documentos relativos ao meio “natural”, e pelos geomorfólogos que enfatizam mais o conhecimento dos meios quaternários em detrimento da dinâmica atual das paisagens, ou seja, ignoram o período histórico.

Nesse sentido, lembramos que a paisagem é produzida historicamente pelos homens, segundo a sua organização social, o seu grau de cultura, o seu aparato tecnológico...

A paisagem é reflexo da organização social e de condições “naturais” particulares. A paisagem é, portanto, um espaço em três dimensões: “natural”, social e histórica.

No objetivo de explicitar as transformações históricas da paisagem na Amazônia Matogrossense, a partir das observações mais sistematizadas e realizadas em vários momentos, durante as minhas excursões ao Sudoeste do Mato Grosso, passo a analisar as mudanças paisagísticas ao longo do caminho percorrido:

A. - A zona de cultivos extensivos altamente mecanizados existente entre Campo Grande (MS) e Rondonópolis (MT), fundamentalmente de soja, cana-de-açúcar e

seringal (*Hevea spp*)<sup>1</sup> ao longo do eixo da BR-163.

B. - A área de garimpo de diamante na bacia do Rio Coité (Poxoréu\MT).

C. - A paisagem de grande significado geológico e vegetal da Chapada dos Guimarães (MT).

D. - A preservação ecológica em seu estado climático do Pantanal Matogrossense, no trecho da Transpantaneira entre Poconé e Rio Pixaim (MT).

E. - As paisagens pecuárias das fazendas instaladas no espigão divisor das Bacias do Prata e Amazônica, ou mais precisamente, do Vale do Guaporé-Jauru, no Sudoeste do Mato Grosso.

Nunca é demais lembrar que o processo que está se produzindo na Amazônia Matogrossense tem um caráter recente e impactante.

### **A - AS PAISAGENS AGRÍCOLAS DE MATO GROSSO DO SUL, AO LONGO DA BR-163 ENTRE CAMPO GRANDE/MS E RONDONÓPOLIS/MT**

Qualificar toda essa zona de “paisagem”, ainda que se lhe acrescente o adjetivo “agrícola”, talvez não seja de todo preciso e, o melhor seria defini-la como um “espaço de uso agrícola”: a transformação que

\* Departamento de Geografia – UEM

<sup>1</sup> Em 1979, a MICHELIN adquiriu uma extensa área no Estado de Mato Grosso (BR-163, próximo da divisa com MS) e iniciou a heveacultura para atender a sua fábrica de pneus instalada no Rio de Janeiro. Até 1992, quando visitei esta propriedade, já haviam sido plantados 10.500 ha com *Hevea spp.*

o homem introduziu na EXPLORAÇÃO BIOLÓGICA desse território foi radical e só comparável com as grandes extensões agrícolas dos maiores países do mundo, em especial com os EE.UU.

Trata-se mais de uma exploração agrícola, do uso do território para uma agricultura industrial.

As condições naturais são muito favoráveis: topografia plana em nível altimétrico ideal (700-800 metros), fotoperiodismo, umidade relativa do ar, distribuição das chuvas...; as condições negativas de acidez acentuada do solo são facilmente corrigidas com aplicação de calcário. Além do mais, é uma zona onde a agro-indústria foi muito estimulada pelo governo e, onde o “carro chefe” da modernização agrícola brasileira – a soja – tem mercado externo garantido, facilitando a capitalização das empresas.

A soma desses fatores permitem ao estado de Mato Grosso alcançar uma das mais elevadas taxas de produtividade mundial de soja com uma produção de 2.350 quilos por hectare, enquanto que a média nacional é de 1.890 e a dos EE.UU é de 2.300 quilos por hectare.

A potencialidade produtiva dos solos é melhorada com um alto grau de tecnologia: mecanização, controle da acidez edáfica, erradicação de pragas à base de inseticidas, herbicidas, fungicidas, melhoramento genético, etc.

Se atualmente essas terras produzem soja, cana-de-açúcar e látex é porque, na relação *demanda comercial\custos produtivos\benefícios empresariais*, a rentabilidade é alta devido à magnitude das superfícies cultivadas.

Analisando conjuntamente toda essa região, podemos afirmar que existe a seguinte organização paisagística:

- as já mencionadas áreas extensas de cultivo que ocupam as superfícies estruturais elevadas, os chapadões areníticos;
- as vertentes e fundos de vales que drenam toda a região e que se dirigem para a bacia dos rios Taquari, Cuiabá, Paraguai, ou seja, para o Pantanal, e também, para a Bacia do Paraná.

Nessa última unidade, que ao estar definida pela rede hidrográfica, tem uma expressão cartográfica do tipo linear, é onde o ecossistema se encontra menos alterado. Seu uso agrícola é mais limitado e menos especializado e, apesar do desmatamento

observado em extensas áreas, existem zonas, como as próximas aos talvegues, que conservam certa qualidade ambiental. Refiro-me, sobretudo, aos geótipos úmidos, colonizados pela palmeira buriti (*Mauritia vinifera* MART.).

Como valoração global da paisagem dessa região, podemos dizer o seguinte: já que nos chapadões a atividade antrópica da agricultura industrial tem alterado radicalmente o meio, é importante que se preserve, no melhor estado possível, os fundos de vales, onde a paisagem está menos modificada. A mata galeria e os enclaves da vegetação propriamente hidromorfa, ao lado de um manejo do solo adequado (pastagens...) são determinantes para manter uma regulação do escoamento tanto superficial como subterrâneo, o qual é vital, por sua vez, para toda a cadeia trófica, desde a fauna aquática até os mamíferos e as aves, riqueza maior do Pantanal Matogrossense.

As transformações da paisagem são explicitadas, ainda, pelo visual da paisagem determinado pelo número de estabelecimentos agro-industriais instalados ao longo do eixo da BR-163.

Ao cruzarem as fronteiras de Mato Grosso, atraídos pela possibilidade de adquirir terras férteis e baratas, os “sulistas” começaram a traçar, há 20 anos, o desenho da agro-indústria no Centro-Oeste.

Atrás da produção agrícola – principalmente de soja e milho e das proteínas animais – e da busca da eficiência imposta pelos anos de crise, as indústrias de alimentos, a partir do início da década de 90, passaram a instalar unidades industriais junto aos centros de produção. Assim, a SADIA, CEVAL, PERDIGÃO, MATOSUL, CIBRAZEM, MICHELIN, COTRIJUÍ... já estão incorporadas ao visual da paisagem do Centro-Oeste.

## **B - OS GARIMPOS DE DIAMANTE NA BACIA DO RIO COITÉ (POXORÉU)**

Poxoréu, que em língua indígena significa “agua suja”, está encravada no vale do Rio Poxoréu – tendo ao norte o padrão de ocupação “sulista” com soja e, ao sul, o padrão “baiano-mineiro-goiano” com pecuária –, não guarda semelhança alguma com seus vizinhos.

A paisagem resultante da atividade garimpeira é ainda mais impactante que a

da unidade anterior, se não superficialmente, pelo menos quanto a sua intensidade.

A extração de diamantes não está regularizada pelo Governo, o que equivale dizer que está fora do organograma produtivo do país. Entendo que há uma certa anarquia e permissividade, cuja explicação talvez se encontre no anacrônico espírito de liberdade, aventura e esperança que alimentou a conhecida “febre do ouro” em todo o mundo.

Em tempos passados, Poxoréu era totalmente habitada pelos índios *Bororo* que ocupavam extensas áreas e que, posteriormente, ficaram restritos à Reserva Indígena de Jarundore. No entanto, hoje, no município de Poxoréu, não existe mais a presença do povo *Bororo*. A Reserva indígena figura tão somente nos mapas e está gradativamente sendo ocupada pelo homem branco.

O povoamento branco de Poxoréu teve início com a chegada de “aventureiros” atraídos pelo diamante, cuja ocorrência foi divulgada pelos sertanistas por volta de 1920.

Crescendo em torno do garimpo de diamante, a população de Poxoréu, acusada no censo de 1940, chegou a 14.779 habitantes, apresentando o seguinte desenvolvimento:

Período	População (hab.)
1950	21.729
1960	16.968
1970	27.431
1980	28.052
1991	13.831

Entre 1950\60, os diversos projetos de colonização particular implantados na Amazônia Matogrossense com estímulos governamentais, provocam, em Poxoréu, a queda populacional anual de -2,4%.

No período de 1980-1991, a decadência do garimpo – do qual direta ou indiretamente dependem os seus 13.831 habitantes – passa a refletir negativamente sobre o desenvolvimento econômico do município.

## C - A CHAPADA DOS GUIMARÃES

A paisagem da “Chapada dos Guimarães” está claramente regida por uma estrutura geológica tabular que, modelada pelos agentes morfogenéticos, destaca-se pela variedade e beleza de suas formas.

Assentada sobre a Formação Bauru, sedimentada no período Cretáceo, após ter passado por um processo de aplainamento e sofrido movimentos epigenéticos positivos, com posteriormente pediplanação quaternária (que abriu depressões, rebaixou planaltos e sedimentou vales e trechos de depressão), sofreu com a instalação de um clima úmido, o encaixamento da drenagem e a dissecação do relevo (RADAM, 1982:23), resultando nas formas atuais que tornam a Chapada uma área sensível à ação antrópica e lhe concede também um singular potencial turístico no Estado do Mato Grosso.

A grandes traços e prescindindo da espetacularidade de alguns enclaves (cachoeiras), essa paisagem tem, sob o ponto de vista das transformações históricas, duas particularidades que, como é habitual no Brasil, se manifestam contrárias ou, pelo menos, não convergentes:

- 1. sua potencialidade como paisagem natural de exploração turística;
- 2. a propriedade da terra que, majoritariamente, está definida em torno de fazendas particulares.

A potencialidade para a exploração turística da “Chapada dos Guimarães” advém tanto de suas próprias características como do significado alcançado por estas em virtude da inexistência de atrativos semelhantes nas áreas próximas. Neste sentido, a mais destacável é consequência direta do relevo: o clima, relativamente mais fresco e com uma atmosfera mais limpa, é um de seus maiores atrativos. Por outro lado, o conjunto da região não tem muita densidade de população e, ao contrário, a zona urbana da Grande Cuiabá necessita da Chapada como área de lazer.

Por outro lado, apesar das fazendas que contornam a zona da Reserva, a vegetação natural (cerrado com mata-galeria) ainda não está muito alterada.

As potencialidades da Chapada dos Guimarães como polo turístico regional e nacional não são devidamente incrementadas devido às dificuldades da administração pública em efetivar as necessárias desapropriações e, portanto, definir legalmente o “Parque Nacional da Chapada dos Guimarães”, criado pelo Decreto Federal nº. 97.656 de 12 de abril de 1989, numa área de 33 mil hectares, abrangendo os municípios de Cuiabá e de Chapada dos Guimarães.

A sede do município de Chapada dos Guimarães, distante 61 km a nordeste da capital Cuiabá, com 12.766 habitantes (64% na zona rural), enfrenta a questão da indefinição quanto ao rumo de desenvolvimento a ser tomado. Opiniões dividem-se entre os que pretendem para o município uma diversificação econômica que considere não apenas o potencial turístico, mas a possibilidade de atrair para a região investimentos variados e a proposta dos que defendem para a Chapada, o desenvolvimento apoiado exclusivamente no atrativo turístico.

Nesse processo de indefinição, nem a diversificação de investimentos é realizada e nem a infra-estrutura de sustentação à exploração turística é implementada.

A iniciativa privada apropria-se desse setor de forma autônoma e, sob certos aspectos, caoticamente.

Não há efetivamente uma infra-estrutura de porte que viabilize o turismo como forma de lazer. A principal área destinada ao lazer coletivo é conhecida como “Salgadeira” – um complexo com restaurante, sanitários e estacionamento – gerenciada pela iniciativa privada.

Os roteiros/croquis dos pontos turísticos mais atrativos da Chapada dos Guimarães e que são divulgados pelo “Posto de Informação” são inelegíveis, obrigando o turista a recorrer aos serviços oferecidos pelas agências particulares.

É necessário que a iniciativa privada e a administração pública se articulem no sentido de valorizar e desenvolver as potencialidades paisagísticas da Chapada dos Guimarães.

#### **D - O CLIMAX BIOLÓGICO DO “PANTANAL MATOGROSSENSE”**

Na taxonomia proposta por G. BERTRAND, não existiria nenhum tipo de prevenção para definir o Pantanal como uma “região natural em estado climático” ou, pelo menos, em “estado subclimático” devido a que nele também existe algo de atividade pecuarista.

Felizmente, pelas informações recolhidas “in loco”, a pressão da atividade pe-

cuária no Pantanal está decrescendo. Isto ocorre, em parte, porque como REGIÃO CLIMÁTICA de marcado caráter edafohigrófilo é hostil a uma intervenção extensiva do homem. Dito de outra forma: para que uma atividade como a pecuária extensiva brasileira (pouco exigente em dedicação por parte do homem), tenha relativo êxito comercial, a Natureza deve ajudar e, evidentemente, o ecossistema do Pantanal não é o mais indicado para ser usado como espaço de pecuária.

No que se refere ao aumento da exploração turística, o Pantanal tão pouco é uma região indicada ao turismo de massa. O Pantanal deve ser visitado por quem tenha realmente interesse em, de alguma maneira, “sofrer” os rigores de uma zona ecológica pura. É por isso que me parece correto o controle policial estabelecido na entrada da “Transpantaneira”.

O que atualmente ocorre é, no meu entender, o que melhor preserva o meio, ou seja, que o turista tenha a oportunidade de visitar o Pantanal e não que o Pantanal se transforme em um lugar turístico.

#### **E - AS PAISAGENS PECUÁRIAS DAS FAZENDAS SITUADAS NAS CABECEIRAS DOS RIOS JAURU E GUAPORÉ**

O início da ocupação dessa região deu-se a partir de 1953; contudo, as grandes fazendas de gado aí se instalaram sobretudo a partir de 1972, na carona do processo mais dinâmico e atrativo da ocupação da Amazônia Matogrossense.

Do ponto de vista das relações entre a Natureza e o uso antrópico, a fazenda, nos moldes das existentes na periferia da Amazônia, é uma das maiores expressões do produtivismo predador que o homem moderno exerce atualmente sobre o meio.

Essas fazendas nasceram com um sentido produtivista e mercantilista, enquadrando-se no esquema do capitalismo mais explorador: Esse objetivo exploratório e imediatista resultou numa baixa qualidade ambiental dessas fazendas.

#### **BIBLIOGRAFIA**

PASSOS, M.M.DOS *Amazônia: Teledetecção e Colonização*. São Paulo: Editora da UNESP, 1998 (no prelo).

# Análise Hidrogeomorfológica da Bacia do Córrego Rico-MS: Módulo II “Rítmo da Pluviosidade e Regime Sazonal”

*Valter Guimarães\**

---

---

## **ELEMENTOS PARA A ANÁLISE**

Neste módulo buscou-se efetuar uma análise das características das precipitações e sua variabilidade, diante da possibilidade de se avaliar o aparecimento de períodos chuvosos e de estiagem numa região potencialmente produtiva, cuja organização espacial indica o uso da terra com a agricultura de monocultivos, a pecuária de corte e ultimately vem se destacando a oferta de produtos turísticos naturais.

Para NIMER (1989), na região Centro-Oeste do Brasil são os ventos de nordeste a leste e os de direção variável “geralmente do quadrante N”, os responsáveis pelo equilíbrio nas condições do tempo e mesmo assim está sujeito a bruscas mudanças provocadas pelo “sistema de circulação perturbada de Oeste, representado pelas linhas de instabilidade tropical”; pelo “sistema de circulação perturbada de Norte, representado pela convergência intertropical” e pelo “sistema de circulação perturbada de Sul, representado pelo anticiclone polar e pela frente polar”, esta última de intensidade e avanços variáveis, mas sempre frequente no Mato Grosso do Sul. Destaca ainda que o regime sazonal das precipitações “é tipicamente tropical”, máxima no verão e mínima no inverno, sendo em Mato Grosso do

Sul o registro de menor média das precipitações.

Na tipologia climática apresentada por NIMER (1989), a região de estudos vem sendo servida de clima zonal tropical de domínio quente úmido, de nordeste para sudoeste na faixa vizinha à Depressão do Pantanal Sulmatogrossense, e clima zonal tropical sub-quente úmido, na mesma direção e dominando a faixa leste da região pesquisada.

Na região da bacia hidrográfica do Córrego Rico (fig. 01), o regime de precipitação pluviométrica se caracteriza por uma estação de abundância e excesso e por uma de escassez e déficit. Para NIMER & BRANDÃO (1989), do ponto de vista ecológico e agroclimatológico as estações de carência ou déficit de chuvas são mais importantes que as de excesso, uma vez que as deficiências definem limites rigorosos de tolerância para as espécies vegetais (especialmente quando se leva em conta o domínio do uso da terra com pastagem plantada).

O banco de dados pluviométricos foi obtido a partir de fontes oficiais como o antigo DNOS (Departamento Nacional de Obras e Saneamento), o DNMET (Departamento Nacional de Meteorologia), o

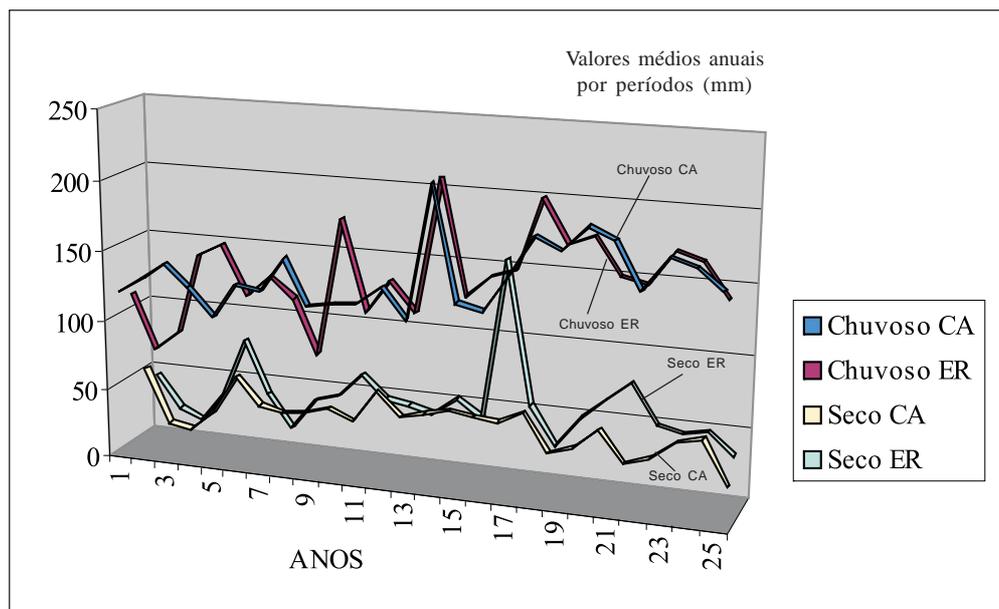
---

\* Professor Adjunto do Departamento de Geociências.

Agradecimentos à Irene Batista de Andrade (Bolsista I.Científica)



**Figura 02**  
**PRECIPITAÇÃO**  
 (1961/1985)  
 Postos de Campo Alto (CA)  
 e Entre Rios (ER)/MS.



Fonte DNAEE/1994. Org. p/Valter Guimarães

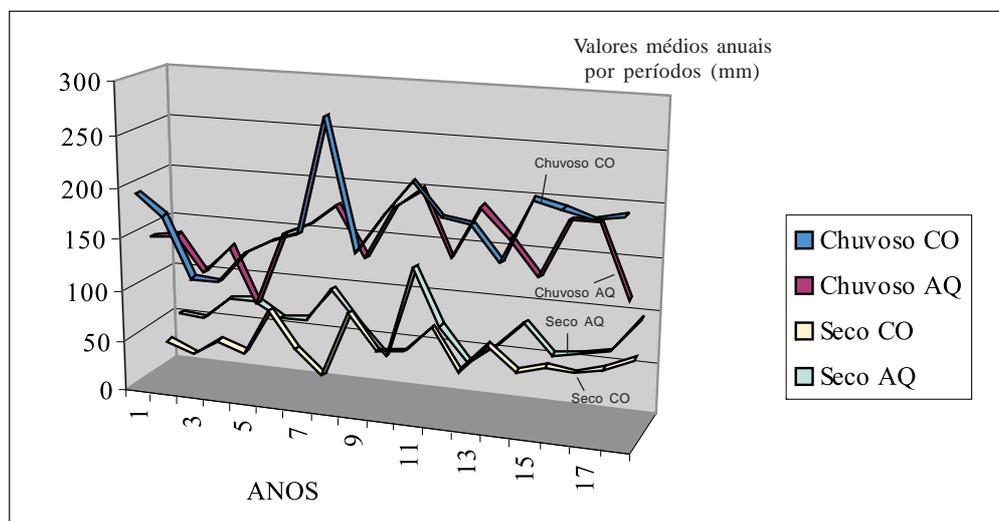
res destacando-se alguns picos negativos. Por outro lado, a partir desse mesmo ano, a evolução do quadro chama a atenção à aproximada semelhança. Destaque para a coincidência dos picos máximos em 1974 e do significativo equilíbrio crescente a partir de então. No entanto, é no período seco que os valores denunciam o típico paralelismo na falta de chuvas, exceção para uma situação atípica que merece destaque ocorrida em 1977 quando os valores médios do posto de Entre Rios foram superiores ao do próprio período chuvoso.

O gráfico da figura 03 permite observar o comportamento da Precipitação entre os anos de 1967 e 1984 nos postos de Coxim e Aquidauana e de imediato seus valores chamam a atenção pela flutuação da

pluviometria tanto no período chuvoso quanto no período seco, já que as médias de cada período, em cada ano analisado diferem tanto da média das chuvas precipitadas no ano anterior como no subsequente, podendo, tais oscilações ser um fator negativo na economia conforme os módulos de utilização da terra na região. Um exemplo é o das ocorrências de picos positivo e negativo registrado no posto de Coxim, para o ano de 1974, uma situação que provavelmente não contribuiu positivamente no excedente hídrico anual. Condição oposta provavelmente tenha ocorrido em Aquidauana no ano de 1977.

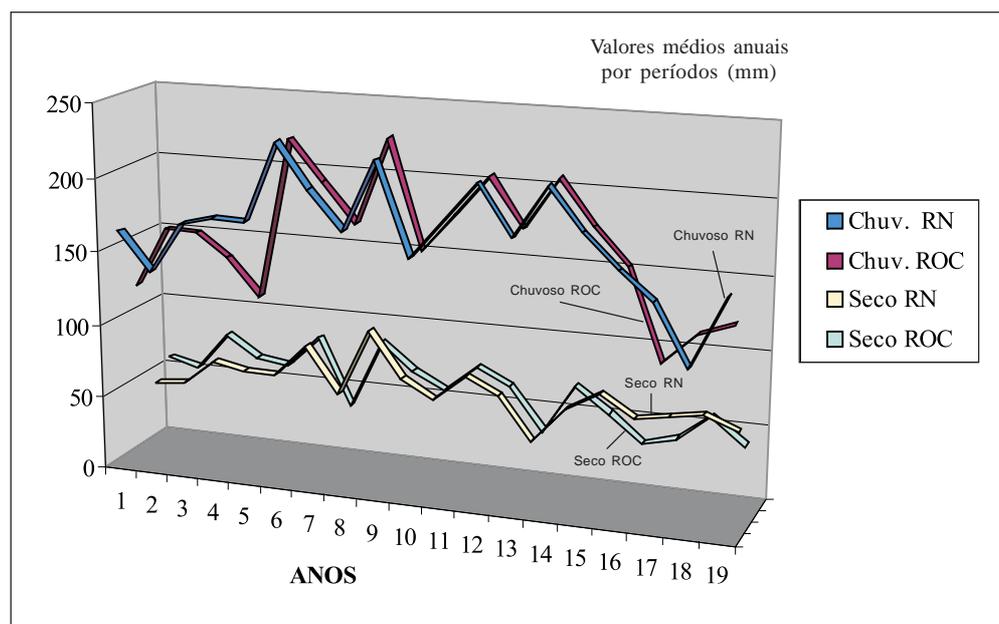
Um intervalo de dezenove anos, entre 1969 e 1987 permitiu analisar o fluxo das precipitações nos postos de Rio Negro (área da

**Figura 03**  
**PRECIPITAÇÃO**  
 (1967/1984)  
 Postos de Coxim (CO)  
 e Aquidauana (AQ)/MS.



Fonte DNAEE/1994. Org. p/Valter Guimarães

**Figura 04**  
**PRECIPITAÇÃO**  
 (1969/1987)  
 Postos de  
 Rio Negro (RN)  
 e Rochedo (ROC)/MS.



Fonte DNAEE/1994. Org. p/Valter Guimarães

pesquisa) e Rochedo (pouco mais ao Sul), agrupados os períodos chuvoso e seco conforme mostra a figura 04. Neste gráfico pode-se constatar que o período chuvoso é bastante instável a cada ano, comportando-se de forma semelhante em ambos os postos, tanto nos momentos de picos como nos de quedas. Entretanto, comparados ao período seco, pode-se considerar como relevantes os efeitos positivos nos excedentes hídricos, uma vez que no período seco o alinhamento equilibrado nos valores além de raras oscilações e médias mais altas que as dos postos anteriormente analisados, contribuem regularmente para por exemplo, manter afastadas situações de recuo das condições de perenidade nos canais fluviais da região.

Comparando-se os gráficos de todos os postos analisados, pode-se afirmar que

os totais anuais das precipitações variam de maneira irregular em todas as localidades, apresentando oscilações de pequena a grande amplitude, cujas variações estariam relacionadas a fatores de ordem geográfica como os do relevo da depressão do Pantanal Sulmatogrossense à do planalto de Maracaju-Campo Grande, influenciando sobremaneira nos resultados para os postos de Campo Alto/Entre Rios e Coxim/Aquidauana. Instalados nas depressões dos rios Negro e Aquidauana, os postos de Rio Negro e Rochedo foram os que apresentaram oscilações medianas. Óbvio, são fatores fundamentais que carecem de maior aprofundamento analítico, às influências dos sistemas de circulação atmosférica afetando de forma diferenciada na dinâmica climática regional.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL/M.M.E. – Estudos Hidrológicos da Bacia do Alto Paraguai: relatório técnico e volumes I a IV. MME/DNOS. Rio de Janeiro, 1972;
- GUIMARÃES, V. – Altas Bacias dos Rios Negro e Taboco/MS: A potencialidade ambiental analisada a partir da declividade e do uso da terra para subsidiar a economia regional. (Tese de Doutorado). 181 páginas. UNESP/Rio Claro, 1998;
- MATO GROSSO DO SUL. – Macrozoneamento Geoambiental do Estado de Mato Grosso do Sul. SEPLAN/FIPLAN/FIBGE. 242 páginas. Campo Grande, 1989;
- NIMER, E. – Clima in: Geografia do Brasil. Vol. 1 Região Centro-Oeste. 23:35. FIBGE. Rio de Janeiro, 1989;
- NIMER, E. & BRANDÃO, A.M.P.M. – Balanço Hídrico e Clima da Região dos Cerrados. 166 páginas. FIBGE. Rio de Janeiro, 1989;
- SANT'ANNA NETO, J.L. – Algumas Considerações sobre a Dinâmica Climática da Porção Sudeste do Pantanal Matogrossense. BOLETIM PAULISTA DE GEOGRAFIA. Nº 67. 75:88. AGB/SP. São Paulo, 1989.

# Bairros das Cidades de Anastácio e Aquidauana

## Uma Proposta de Divisão do Espaço Urbano

*Paulo Roberto Jóia\**

---

---

### INTRODUÇÃO

O objetivo de se identificar os bairros de uma cidade é o de facilitar a orientação e o deslocamento de seus habitantes, como também o de facilitar o planejamento dos serviços públicos urbanos, executados pela administração pública municipal ou por outra empresa qualquer.

Todas as cidades são compostas por uma parte central, onde concentram as atividades comerciais e de serviços, e por bairros, distribuídos pela restante do perímetro urbano (linha que delimita a cidade, separando-a da zona rural), que podem ser residenciais (localizados na periferia ou nas adjacências da área central) ou industriais (ao longo dos principais eixos de circulação).

O bairro é uma área diferenciada das demais partes da cidade. Ele é identificado por características sócio-econômicas, paisagísticas e culturais próprias. Deste modo, cada bairro possui sua história e sua geografia.

Em termos de área, os bairros podem ter vários tamanhos, e podem abranger várias vilas, “jardins” ou con-

juntos habitacionais. Portanto, as vilas são unidades menores que os bairros, originadas do desmembramento de uma ou mais quadras, que formam um conjunto de pequenas habitações independentes, com características idênticas, e se espalham por toda a cidade.

### ORIGEM E FORMAÇÃO DE BAIRROS

Os bairros são formados: a) por motivos históricos, originando-se de loteamentos de velhas propriedades de senhoris, incrustadas ou envolvidas progressivamente no perímetro urbano; b) por motivos topográficos de confinamento dentro de acidentes geográficos que configuram uma unidade urbana; c) por motivos administrativos, que utilizam critérios mais racionais, ligados ao ordenamento do espaço urbano; e, d) pelo espontaneísmo que preside, em geral, o surgimento dos bairros.

Uma vez criado o bairro, ele não evolui em tamanho, mas pode passar por mudanças em sua forma. Por exemplo,

---

\* Professor Assistente do Departamento de Geociências

tem-se dado maior ênfase à reabilitação do bairro, quando o mesmo não corresponde às funções sociais a ele designada dentro da cidade, e às mudanças de suas funções, quando da instalação de um grande empreendimento econômico ou imobiliário.

O bairro é uma unidade política menor dentro de uma cidade. No sentido sócio-cultural, o bairro compreende uma unidade de vizinhança, integrada por seus elementos. É com base no bairro que se desenvolve a vida pública, que se organiza a representação popular, onde são criadas as associações de bairro para tratar de problemas específicos de interesse da população.

Os nomes dos bairros têm sua origem de fatos históricos, aspectos geográficos, traços culturais e nomes de pessoas ilustres ligados à vida urbana local. Deste modo, o nome representa a identidade do bairro.

Os limites dos bairros são identificados por linhas que segmentam a cidade. Estas linhas coincidem com os principais eixos de circulação, rios, estradas de ferro, rodovias, morros, etc. Uma proposta que se baseie na identificação dos moradores da cidade pode tornar seus limites mais aceitáveis. Considera-se como limite tanto a definição prévia enunciada pela população quanto a situação geográfica (limites naturais, como a presença de morros e rios; ou o plano viário, como as vias principais ou a linha férrea).

Quanto às características dos bairros, são levantados os seguintes elementos para os diferenciarem dos demais: condições sócio-econômicas, infra-estrutura, uso e ocupação do solo, presença de instituições sociais e empresas importantes, posição em relação ao centro da cidade, situação geográfica, principais vias de acesso, tamanho, formação histórica, evolução demográfica e ocupacional e tipo de residência.

## HISTÓRIA E GEOGRAFIA DAS CIDADES DE ANASTÁCIO E AQUIDAUANA

Anastácio e Aquidauana possuem um história de ocupação da área urbana de mais de 100 anos. A origem do povoamento data de 1892, e teve, posteriormente, marcos em sua evolução, como a construção da estrada de ferro, na década de 1910, a ascensão da pecuária, a instalação do quartel, a pavimentação da rodovia, nos anos 70 e o crescimento das atividades turísticas, nos anos 90.

O atual perímetro urbano de Aquidauana possui aproximadamente 20 km<sup>2</sup>, com topografia variando de plana para levemente ondulada. A declividade maior se encontra no vale do Córrego João Dias. As altitudes variam de 140 m, na margem do Rio Aquidauana, a 165 m, na parte norte da cidade (Vila Bancária).

A partir do núcleo original, a ocupação do espaço urbano se estendeu pelo interflúvio dos Córregos João Dias e Guanandi, ultrapassando os trilhos da estrada de ferro, que corta a cidade no sentido sudeste-noroeste, até atingir a Lagoa Comprida e o Parque de Exposição, no sentido nordeste. Assim, a cidade de Aquidauana “foge” da margem do Rio Aquidauana, evitando, com isso, a ocupação inadequada desta área sujeita à inundação e avança em direção ao Pantanal.

A história de Anastácio começa como bairro da cidade de Aquidauana, conhecido como “Margem Esquerda”, depois como sede de distrito do município de Aquidauana, e finalmente, como sede de município, quando se emancipou em 1964. A cidade de Anastácio originou-se na margem do Rio Aquidauana, nas proximidades da Ponte Velha, uma das pontes que une as cidades de Aquidauana e Anastácio. A partir deste ponto, abriu-se o “leque” urbano, nos sentidos sul, sudoeste e sudeste, até atingir a BR 262, os Rios Taquaruçu

e Aquidauana e as terras pertencentes a um frigorífico local. A cidade progrediu em torno de duas artérias principais, a Avenida Manoel Murinho e a Avenida Juscelino Kubitschek, ambas servindo de acesso à BR 262. O perímetro urbano de Anastácio possui uma área de 10 km<sup>2</sup>. A declividade do terreno da cidade de Anastácio é mais acentuada que a de Aquidauana, as altitudes variam de 140 m, na margem do Rio Aquidauana, para 190 m, nas proximidades do entroncamento das BR 262 e 419, saída para Nioaque.

Na **Tabela 01** é mostrada a evolução da população urbana das cidades de Aquidauana e Anastácio. Percebe-se que, para Anastácio, os anos 70 foram os de maior crescimento de sua população, e para Aquidauana, o ritmo maior de crescimento se deu a partir dos anos 70. O crescimento das duas cidades, a partir da década de 70, está ligado à sua integração rodoviária com a capital do Estado, então criado.

**Tabela 01 - Evolução da População Urbana**

ANO	ANASTÁCIO	AQUIDAUANA
1960	2.727	16.682
1970	5.045	17.882
1980	11.839	23.537
1991	14.376	29.294
1996	15.797	31.997

Fonte: IBGE

## REGIONALIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Existem outras formas para se dividir o espaço urbano, além da divisão por bairro.

Várias empresas prestadoras de serviços públicos setorizam a cidade, como: a ENERSUL e a SANESUL, para leitura dos relógios, entrega de contas e manutenção; os Correios, para distribuição das correspondências; a Fundação Nacional da Saúde, para execução de campanhas sanitárias; o IBGE, para realizar o recenseamento; e a Prefeitura Municipal, para arrecadação de impostos (IPTU), zoneamento do espaço urbano e outros serviços.

A **Tabela 02** apresenta o número de divisões do espaço urbano das duas cidades estabelecidas pelas instituições acima especificadas.

**Tabela 02 - Divisão do Espaço Urbano Estabelecida pelas Instituições Públicas de Anastácio e Aquidauana.**

INSTITUIÇÕES	ANASTÁCIO	AQUIDAUANA
Agência de Correios	02	06
IBGE	11	26
SANESUL	08	09
ENERSUL	05	09
Pref. Municipal (IPTU)	05	14
Fund. Nac. de Saúde (FNS)	05	10

Fonte: Pesquisa Direta; PEREIRA, 1997; VILA, 2000

## BAIRROS DAS CIDADES DE ANASTÁCIO E AQUIDAUANA

Considerando as condições sócio-econômicas, o número de habitantes e a extensão territorial da cidade, a cidade de Anastácio apresenta pouca diferenciação dentro de seu espaço urbano. Deste modo, a justificativa para a diferenciação das áreas, ou seja para a formação dos bairros, está relacionada à identificação dos moradores, baseada na origem dos loteamentos.

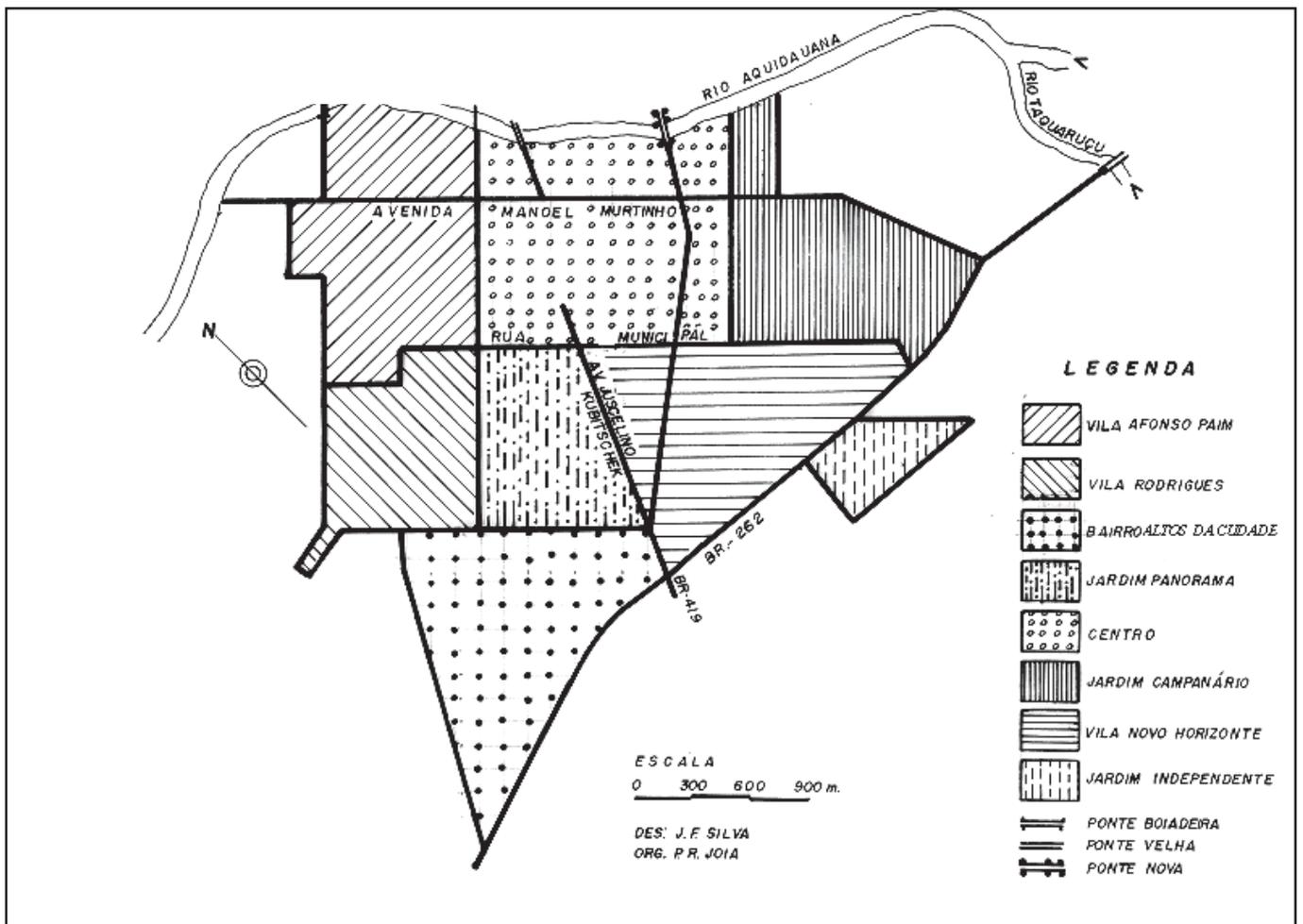
Como proposta, sugerimos a divisão da cidade de Anastácio em 06 bairros e uma área central (**Mapa 1**).

Os bairros de Anastácio são:

Vila Afonso Paim, que compreende as Vilas Souza, Morada da Lua, Alzira, Nossa Senhora do Rosário, São Francisco, Morumbi, Maior, Barbosa, o Jardim Boa Vista, e o Conjunto Habitacional Tapuí.

Vila Rodrigues, que abrange as Vilas Gonçalves, Morada do Sol, Santa Mara, Pedreira, Municipal, Santa Maria e Santa Isabel, os Jardins Nova Era, Bandeirantes, San Diego, São Francisco, Santa Clara, Campo Belo e América, e o Conjunto Habitacional Bem-te-vi.

Centro, compreendendo as Vilas Brasília, Maria F. da Costa, São Nicolau, Planalto, Miriam, Nova, Umbelina e Ipiranga, e os Jardins Vista Alegre, Estoril, Guanabara, San Diego, Nova Era e Curicaca.



**Mapa 01**  
Proposta de Divisão  
de Bairros para a  
Cidade de Anastácio

Jardim Panorama: Vila Assoí, Jardim Mauran, e os Conjuntos Habitacionais Arapongas e Novo Horizonte.

Bairro Altos da Cidade: Conjunto Habitacional Juí.

Jardim Independente.

Jardim Campanário: que compreende as Vilas Umbelina, São Domingos e Santos Dumont, e os Jardins Progresso e San Rafael.

A cidade de Aquidauana apresenta diferenças internas mais fáceis de serem identificadas do que Anastácio.

Considerando a extensão territorial, o tamanho da população, o traçado urbano e as diferenças sócio-econômicas, a cidade de Aquidauana pode ser dividida em 14 bairros e uma área central (**Mapa 2**).

Os bairros de Aquidauana são:

Bairro Alto, que compreende as Vilas Soares, Progresso, Santos, Fialho,

Planalto, Paraíso, Cintra, Berenice, Popular, Rosária, Adel, Santo André, Rios, e o Jardim Bueno.

Bairro da Serraria, formado pelas Vilas Aruarama, Jango de Castro, Lucélia, Santa Marta, Conceição, Líder, Nossa Senhora Aparecida, São Jorge, Conde, os Jardins Nogueira e Princesão, e Conjunto São Cristóvão.

Vila Quarenta.

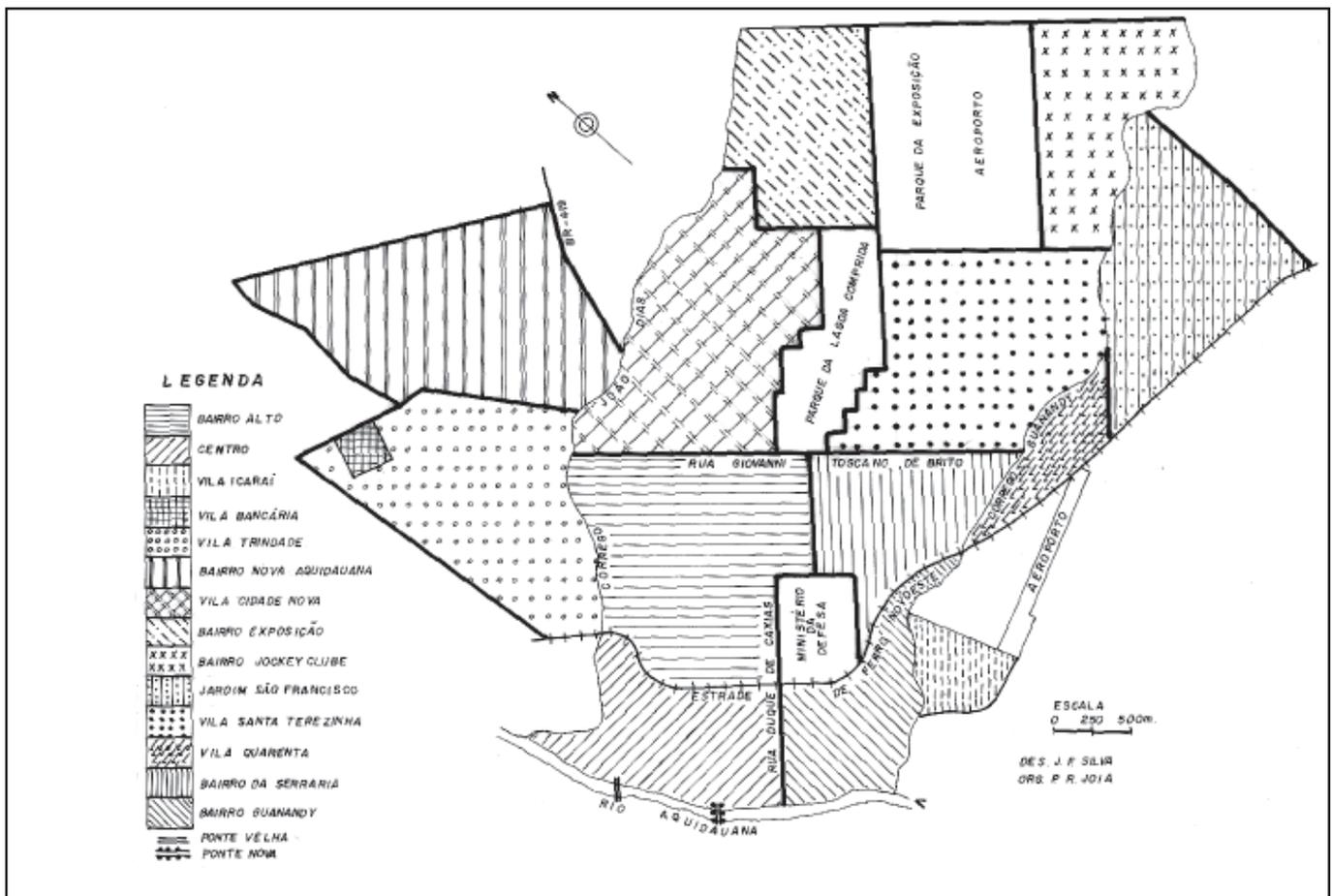
Bairro Guanandi: Vila Santana e Andréa, e Colônia dos Pescadores.

Vila Trindade, que abrange os Jardins Sumaré, Leblon, Balneário Aquidauana, Donizeth e Beija-Flor, e as Vilas Prado e América.

Vila Bancária.

Bairro Nova Aquidauana: Vila Planalto.

Vila Santa Terezinha, compreendendo as Vilas Jussara, Costa, São Pedro, Aeroporto, os Jardins Rita, Joana Darc, Salete, Iara, Itamarati,



**Mapa 02**  
Proposta de Divisão  
de Bairros para a  
Cidade de Aquidauana

Caroline, São Roque, Palmares, Peixoto, Toledo e Humaitá, e os Conjuntos Habitacionais Previsul, Ovídeo Costa I, II e III e Dona Nenê.

Bairro da Exposição: Vilas Regina e Pinheiro, e Jardins Liliam e Petrópolis. Centro.

Vila Cidade Nova, que abrange as Vilas Aclimação, São Gabriel, Duque de Caxias, São Estevão, São José, Santa Leopoldina, Santa Terezinha, Santa Genoveva, Popular, Ferreira, Garcia e Mercedes, os Jardins São Francisco, César, Horizonte, Paraná, XV de Agosto, Campina Verde, Gomes, Broto e Café, e o Conjunto Habitacional José Fragelli.

Bairro Jockey Clube.

Vila São Francisco.

Vila Icarai.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebeu-se que o espaço urbano das duas cidades é identificado por

um número muito grande de vilas e jardins, e poucos nomes designando bairros. Comparando uma cidade com outra, verificou-se que em Aquidauana os bairros estão mais consolidados do que Anastácio, onde eles ainda estão em formação, por isso dificultando sua identificação.

Considerando a existência de vários espaços vazios entre as duas cidades, e muitas áreas para serem ocupadas internamente, pelas duas cidades, novos loteamentos poderão surgir, sendo que alguns poderão ser incorporados aos bairros já existentes, e outros poderão dar origem a novos bairros. As novas áreas que poderão ser incorporadas à área urbana atual são, em Aquidauana, a região do Aero clube, onde se encontram a Vila Icarai e a sede da Fazenda Guanandi, e, em Anastácio, a região delimitada pelos Rios Aquidauana e Taquaruçu, BR 262 e Avenida Manoel Murinho.

## BIBLIOGRAFIA

- ÁVILA, F. B. *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: MEC/FENAME, 1972.
- CLARK, D. *Introdução à Geografia Urbana*. São Paulo: Difel, 1985.
- FERRARI, C. *Curso de Planejamento Municipal Integrado*. São Paulo: Pioneira, 1984.
- FERREIRA, A. B. H. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- GEORGE, P. *Geografia Urbana*. São Paulo: Difel, 1983.
- MARCONDES, J. F. *Densidades Demográficas e Domiciliares da Área Urbana de Aquidauana – MS*. Aquidauana: UFMS/CEUA/DGC, 1995. (Trabalho de Graduação).
- PEREIRA, H. M. *Bairros de Aquidauana: Uma Proposta de Divisão do Espaço Urbano*. Aquidauana. UFMS/CEUA/DGC, 1997. 27p. (Trabalho de Graduação).
- SANTOS, C. G. *Densidade de População Urbana de Anastácio-MS*. Aquidauana: UFMS/CEUA/DGC, 1997. (Trabalho de Graduação).
- SANTOS, M. *Manual de Geografia Urbana*. São Paulo: Hucitec, 1981.
- VILA, S. *Bairros de Anastácio: Uma Proposta de Divisão Espacial da Cidade*. Aquidauana. UFMS/CEUA/DGC, 2000. 25p. (Trabalho de Graduação).
- WILHEIM, J. *Projeto São Paulo: Proposta para a Melhoria da Vida Urbana*. Rio de Janeiro, 1982.

# As ruas de geração em geração\*

## A formação do espaço geográfico de Campo Grande

Antônio Firmino de Oliveira Neto\*\*

---

O ponto de partida do referido estudo é o entendimento do espaço geográfico como resultado da ação do homem ocupando um determinado lugar na natureza, no decorrer do tempo. E de que este ato em si significa muito mais do que ocupar uma parcela do lugar: *ele envolve o ato de produzir o lugar*, segundo Ana Fani A. Carlos<sup>1</sup>.

Deve ser externada também, a compreensão da paisagem urbana como um produto da ação de várias gerações, uma se sobrepondo a outra<sup>2</sup> e, de que ela é, a somatória de objetos de diferentes idades que representam, nas suas formas, a sua função dentro da lógica da produção no momento em que foi construído e que, de acordo com Milton Santos, fazem parte de uma ação global.

A paisagem não se cria de uma só vez, mas por acréscimos, substituições; a lógica pela qual se fez um objeto no passado era a lógica da produção daquele momento.... Se juntos se mantêm elementos de idades diferentes, eles vão responder diferentemente às demandas sociais. A cidade é essa heterogeneidade de formas, mas subordinada a um movimento global.... Somente uma parte dos objetos geográficos

não mais atende aos fins de quando foi construída.<sup>3</sup>

Estes esclarecimentos são necessários, pois os espaços públicos evidenciam, com muita propriedade, todo esse processo de construção do espaço geográfico. As ruas e calçadas de uma cidade estão sempre sendo moldadas conforme as necessidades do modo de produção ao qual estão inseridas. Dentro do mundo capitalista, ao mesmo tempo em que devem ser consideradas como mais um elemento do sistema produtivo, já que dele fazem parte como um dos itens da composição do valor de uma mercadoria, elas servem também como um instrumento de sociabilidade e de ampliação das possibilidades do exercício da cidadania.

A reprodução do espaço urbano recria constantemente as condições gerais a partir das quais se realiza o processo de reprodução do capital. Se de um lado aproxima a indústria, as matérias-primas (e auxiliares), os meios de circulação (distribuição e troca de mercadorias produzidas), a força de trabalho e o exército industrial de reserva, de outro lado “aproxima” pessoas consideradas como consumidoras<sup>4</sup>.

\* Extraído do Livro *Nas Ruas da Cidade: Um estudo geográfico sobre as ruas e calçadas de Campo Grande*, do mesmo autor.

\*\* Professor do Departamento de Geociências do Campus de Aquidauana da UFMS, Mestre em Geografia Humana pela FFLCH/USP.

<sup>1</sup> CARLOS, Ana Fani A. *A (Re)produção do espaço urbano...* p. 55

<sup>2</sup> *Uma cidade é uma obra de arte para qual cooperam gerações de habitantes, acomodando-se mais, ou menos, àquilo que existia antes dela.* BARDET, Gaston. *O urbanismo...* p. 10

<sup>3</sup> SANTOS, Milton. *Metamorfose do Espaço habitado...* p.66

<sup>4</sup> CARLOS, Ana Fani A. *A (Re)produção do espaço urbano...* p. 83

No caso específico de Campo Grande, que por ser uma cidade relativamente nova e já ter nascido sob o estigma do capitalismo, as modificações no traçado de suas ruas e calçadas foram se dando, ao longo da sua história, apenas como reflexo do seu crescimento vegetativo e das novas funções que foi adquirindo dentro do processo de reprodução do capital, em conformidade com o seu desenvolvimento econômico.

Ao observar a sua primeira planta, feita pelo engenheiro Nilo Javari Barém, em 1909, verifica-se que as ruas e calçadas de Campo Grande já nasceram largas, retas e compridas, inicialmente como imitação do processo de reformas que vinha acontecendo nas principais cidades brasileiras, que por sua vez incorporavam idéias trazidas da Europa, procurando aumentar a higiene e sanitizar o local, buscando uma maior urbanidade.

Como conseqüência, criou-se um ambiente que estabelecia facilidades no tráfego de pessoas, veículos e mercadorias, bem dentro das novas concepções urbanísticas, que procuravam adequar as cidades às exigências do modo de produção capitalista, após a revolução industrial, como foi tratado por Maria Encarnação Sposito:

As cidades, como formas espaciais produzidas socialmente, mudam efetivamente, recebendo reflexos e dando sustentação a essas transformações estruturais que estavam ocorrendo a nível do modo de produção capitalista. A indústria provoca impacto sobre o urbano<sup>5</sup>.

Por conta disso, as novas ruas e avenidas que foram surgindo em Campo Grande, passaram a acompanhar a lógica do capital e tornaram-se mais largas ou mais estreitas, mais compridas ou mais curtas, retas ou sinuosas, dependendo da função do lugar<sup>6</sup>, formando, deste jeito, uma paisagem real presente, construída a partir de diferentes momentos históricos, que requeriam diferentes formas.

Acompanhando este raciocínio, observa-se que, em Campo Grande, nas décadas de 1960-1970<sup>7</sup>, passaram a surgir bairros populares, onde as ruas, que conti-

nuavam retas, foram tornando-se cada vez mais estreitas a ponto das calçadas impedirem até a existência de uma árvore. Do mesmo modo, assistiu-se, nas décadas seguintes, o surgimento de bairros para as classes médias, com ruas e calçadas mantendo essas mesmas características e bairros para as classes mais altas com ruas largas e sinuosas e calçadas tão amplas que possibilitam até o feitiço de pequenos jardins.

Nessa movimentação dialética, que é a construção do espaço geográfico, verifica-se que bairros inteiros vão sendo modificados, reformados ou transformados, à medida que mudam de função, dentro do processo produtivo.

O comércio engole, cada dia mais, os bairros Jardim dos Estados, São Francisco, Vila Castelo, Monte Líbano, Amambaí e outros mais próximos ao centro da cidade, observando-se, com isso, uma maior preocupação com o cuidado das calçadas que passam a exercer uma importante função na comodidade dos consumidores.

Já os setores de comércio pesado e de serviços procuram as avenidas Bandeirantes, Ceará, Júlio de Castilho, Coronel Antonino, Costa e Silva, Salgado Filho, Calógeras, das Bandeiras, Zahran e outras grandes avenidas que ligam o centro às regiões mais populosas ou às saídas para rodovias, onde as calçadas perdem importância para os espaços reservados ao estacionamento de automóveis.

Tudo isso evidencia a diferenciação de importância dos lugares para as elites dominantes na cidade. Os investimentos estatais na infra-estrutura e serviços urbanos, que privilegiam as regiões centrais e os bairros de classe alta, possibilitam, através da especulação imobiliária, a transferência de uma renda, para os proprietários de terra, advinda dos setores produtivos da economia, conforme foi diagnosticado por Roberto Lobato Corrêa.

...o aumento do preço dos imóveis, resultado do aumento do preço da terra, atinge os salários da força de trabalho: gera-se assim uma pressão dos trabalhadores visando salários mais elevados, os quais

<sup>5</sup> SPOSITO, Maria Encarnação B. *Capitalismo e Urbanização...* p. 51

<sup>6</sup> *A história atribui funções diferentes ao mesmo lugar. O lugar é o conjunto de objetos que têm autonomia de existência pelas coisas que formam - ruas, edifícios, canalizações, indústrias, empresas, restaurantes, eletrificações, calçamento, mas que não têm autonomia de significação, pois todos os dias novas funções substituem as antigas, novas funções se impõe e se exercem.* SANTOS, Milton. *Metamorfose do Espaço Habitado...* p. 52

<sup>7</sup> Período em que a cidade de Campo Grande sofreu um grande inchaço, provocado pelas transformações ocorridas no campo, devido à fronteira agrícola na região da Grande Dourados.

incidirão sobre a taxa de lucro das grandes empresas, reduzindo-a<sup>8</sup>.

Essa remuneração passou a incentivar, ainda mais, a criação de novos loteamentos, a permanência de áreas vagas nas regiões intermediárias entre o centro e a periferia, como também o de lotes desocupados em todos os bairros, fazendo com que sejam freqüentes as obras de ampliação e substituição dos serviços públicos. Com isso sofrem até mesmo os bairros mais valorizados, já servidos de infra-estrutura, onde verifica-se, constantemente, a abertura de valas no meio das ruas, para que sejam levados os serviços urbanos de água e esgoto às novas construções. Tumultua-se também o centro da cidade, freqüentemente esburacado pelas empresas prestadoras de serviços de água,

esgoto, luz e telefone que, ao ampliarem as suas redes, buscam acompanhar o crescimento da densidade demográfica, provocado por uma já significativa verticalização.

Desta forma, com os recursos públicos sendo canalizados para o atendimento das regiões centrais e dos bairros das classes mais abastadas, a periferia vê-se obrigada a conviver com ruas sem calçamento<sup>9</sup> - ou esburacado quando existente - sem calçadas, sem esgoto e sem iluminação pública, transformando o espaço da cidade em cenário e objeto de diversos tipos de lutas sociais, à medida que os seus habitantes almejam melhores condições de moradia, lazer, transportes, em suma, o direito ao pleno exercício da cidadania.

<sup>8</sup> CORRÊA, Roberto Lobato. *O Espaço Urbano...* p. 14

<sup>9</sup> Não existe nenhum estudo sobre como deveria ser o calçamento dos logradouros de Campo Grande, pois durante o período de chuvas é constante o esburacamento dos asfaltos existentes, devido ao grande volume de água correndo sobre as ruas, motivado pela falta de galerias subterrâneas na sua grande maioria.

## BIBLIOGRAFIA

- BARDET, Gaston. *O Urbanismo*. Campinas, Papirus Editora, 1990. Trad. Flávia Cristina S. Nascimento.
- CARLOS, Ana Fani A. *A (Re)Produção do Espaço Urbano*. São Paulo, Edusp, 1994.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *O Espaço Urbano*. São Paulo, Editora Ática, 2ª edição, 1993.
- OLIVEIRA NETO, Antônio Firmino. *Nas Ruas da Cidade: um estudo geográfico sobre as ruas e calçadas de Campo Grande*, Campo Grande, Editora da UFMS, Coleção Fontes Novas, 1999.
- SANTOS, Milton. *Metamorfose do espaço habitado*. São Paulo, Hucitec, 1988 - 2ª edição 1991.
- SPOSITO, Maria Encarnação B. *Capitalismo e Urbanização*. São Paulo, Editora Contexto, 5ª edição, 1994.

# Linguagem e Cidadania\*

Vilma Begossi\*\*

---

“Atenção,  
Você pega um avião,  
Escolhe uma direção  
E vamos voar !!!

Atenção senhores passageiros da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul- Campus de Aquidauana – Curso de Letras.

Vamos iniciar a nossa viagem com destino à localidade denominada LINGUAGEM E CIDADANIA.

Durante o nosso trajeto, faremos primeiramente uma escala na LINGUAGEM.

Posteriormente, outra escala na CIDADANIA, só daí então chegaremos à localidade almejada.

Professora VILMA BEGOSSI no comando deste percurso, deseja a todos uma boa viagem!”<sup>1</sup>

## A LINGUAGEM

Toda a trajetória do Homem sobre a face da Terra constitui-se numa busca constante de mecanismos para se relacionar com outro Homem. Relacionamento esse exigido pela sua própria condição de necessitar estar sempre em contato, sempre a trocar experiências com seu semelhante.

Historicamente, sabe-se dos sons emitidos por alguns povos, para enviar mensagens – uns aos outros - e de desenhos que foram descobertos e utilizados como contato entre pessoas; e, também tantas outras formas que serviram e servem a essa necessidade de entendimento.

A todas essas formas utilizadas dá-se o nome de LINGUAGEM. Assim, pode-se dizer que o Homem é um ser de Linguagem, uma vez que esta é condição de vida para ele.

Entretanto, pode-se colocar um divisor de águas nessa trajetória do Homem – a partir do momento em que ele passa a utilizar-se de uma Linguagem codificada, ou seja, quando ele passa a se relacionar através da Língua.

Mas por que é tão significativa essa forma de Linguagem?

Vale a pena reportar-se ao caso de Helen Keller – uma menina surda, muda e cega que, auxiliada por uma professora, recebia informações por um código tátil. É impressionante o depoimento desta menina.

Ela me trouxe o chapéu e eu soube que iria sair para o sol quente. Este pensamento, se é que uma sensação sem palavras pode chamar-se um pensamento, fez que eu pulasse e saltasse de prazer.

\* Aula Inaugural – Período Letivo 2000 – Proferida em 20 de março, para o Curso de Letras, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Aquidauana.

\*\* Professora do Departamento de Letras, da UFMS - Campus de Aquidauana, da Matéria de Prática de Leitura e Produção de Textos.

<sup>1</sup> Propaganda da VARIG utilizada na televisão.

“Andamos pelo caminho do poço, atraídas pela fragrância das madresilvas que o cobriam. Alguém estava tirando água e a professora colocou minha mão debaixo da bica. Quando a corrente fria jorrou sobre minha mão, ela soletrou, na outra, a palavra água, primeiro devagar, depois rapidamente. Fiquei parada, toda a minha atenção fixa no movimento de seus dedos. De repente, senti uma obscura consciência como de algo esquecido – uma emoção de pensamento que retornava; e, de algum modo, o mistério da linguagem me foi revelado. Soube então que á-g-u-a significava algo maravilhoso e frio que escorria sobre minha mão. Aquela palavra viva despertou-me a alma, deu-lhe luz, esperança, alegria, libertou-a! Ainda existiam barreiras, é verdade, mas barreiras que com o tempo poderiam ser removidas. Deixei o poço ansiosa por aprender. Tudo tinha um nome, e cada nome deu à luz um novo pensamento. Quando voltamos para casa, todo objeto que eu tocava parecia tremer de vida. Isto porque eu via tudo com a estranha e nova visão que me sobreviera.

LANGER, Susanne. *Filosofia em nova chave*. São Paulo: Perspectiva, 1971. P. 72.

Complementemos esse depoimento com as palavras de BERTIL MALMBERG, que em sua obra “A Língua e o Homem”, diz o seguinte:

“Atualmente existe uma tendência para desprezar a educação lingüística, sustentando que apenas uma minoria tem necessidade de se destacar escrevendo ou falando bem, e que para os demais é suficiente o mínimo. Dizem até que a educação lingüística é supérflua. O erro é absoluto. Quem desenvolve a capacidade de expressar com clareza, por escrito ou oralmente, um conteúdo e de captar exatamente o sentido básico de um texto tem simultaneamente um aumento da capacidade de pensar e de compreender o que

se diz ou se escreve. Sem a língua, a vida seria para nós um acontecimento amorfo, vago, tal como era para Helen Keller até que, com a ajuda de sua professora, pôde experimentar a função dos signos lingüísticos. Um ser sem língua não é propriamente um ser humano. E uma pessoa com uma língua pobre, pouco desenvolvida, é apenas uma pessoa pela metade.”

MALMBERG, Bertil. *A Língua e o Homem*. São Paulo: Nórdica, Duas Cidades, 1976. P. 82-3.

Questiono : Será uma pessoa pela metade, aquela que possui uma Língua pobre, pouco desenvolvida?

José Roberto Whitaker Penteado, no seu livro “A técnica da Comunicação Humana”, oferece algumas respostas.

1ª) Diz este autor que : Linguagem é Comunicação e Personalidade é Comunicação. Logo, a personalidade é construída através da Língua, uma vez que esta – a Língua – é a mais significativa das linguagens. Assim, o Homem é tudo aquilo que consegue se expressar através dela. Por isso, com a utilização desse código ELE torna-se conhecido, revela-se ao meio em que vive, e, por que conhecido, impõe-se perante a sociedade.

2ª) Acrescenta, também, esse autor que: a capacidade dos homens para viverem em sociedade – coordenando esforços, evitando conflitos ruinosos, é determinada em grande parte pela utilização competente da Linguagem/Língua, pois na maioria dos conflitos humanos existe um erro de utilização da Língua como forma de expressão, e, conseqüentemente, de comunicação.

3ª) Nessa seqüência de justificativas, ainda acrescenta que: o nível de progresso das sociedades humanas pode ser atribuído, com razoável margem de segurança, à maior ou menor capacidade de expressão. A própria sociedade moderna pode ser concebida como resultante do aperfeiçoamento progressivo dos processos de trocas eficazes de experiências.

Assim, desde o grito de alarme do Homem primitivo até a última monografia

científica ou notícia transmitida pelos veículos de comunicação – a expressão linguística é um fenômeno social e a cooperação cultural e intelectual constitui o grande princípio da vida humana.

Façamos aqui uma escala, para introduzirmos o outro elemento da nossa viagem : A CIDADANIA.

Esta palavra utilizada, por todos os segmentos da sociedade, parece ser o elo de ligação, que une os que almejam oferecer com os que buscam a doação. Estes objetivos, que se cristalizam na palavra CIDADANIA, dizem respeito ao Homem, no que se refere à busca da plenitude de vida deste ser. Por isso, todo aquele que acredita e defende uma condição humana igualitária pauta-se por pregar a cidadania.

Trazendo esta palavra para a realidade mais próxima de nós, constatamos que: - a Educação, na sua lei maior – a de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – que se traduz nos Parâmetros Curriculares Nacionais, tem apregoado que é seu papel (da Educação) “garantir a todo aluno : de qualquer região do país, do interior e do litoral, de uma grande cidade ou da zona rural, que frequentam cursos nos período diurno ou noturno, que sejam portadores de necessidades especiais – o direito de ter acesso aos conhecimentos indispensáveis, para a construção de sua cidadania”.

E, inserido nestes conhecimentos indispensáveis está o domínio da Linguagem/Língua, que dá condições de plena participação social, uma vez que é através da expressão codificada que homens e mulheres apresentam e defendem pontos de vista, partilham ou constroem visões do mundo – enfim produzem cultura. Por isso, a efetivação de um regime democrático exige a aquisição da competência linguística como necessária ao exercício da cidadania.

Mas será de tamanha importância essa capacidade linguística para as pessoas?

Guilherme Figueiredo, em uma de suas obras, reproduz o diálogo entre um senhor de nome Xantós e um escravo, de nome Esopo, durante uma recepção a Agnosto.

## SOBRE A LÍNGUA

Xantós

Mais língua? Não te disse que trouxesse o que há de melhor para o meu hóspede? Por que só trazes língua? Queres expor-me ao ridículo?

Esopo

Que há de melhor do que a língua? A língua é que nos une todos, quando falamos. Sem a língua nada poderíamos dizer. A língua é a chave das ciências, o órgão da verdade e da razão.

Graças à língua é que se constroem as cidades, graças a língua dizemos o nosso amor. Com a língua se ensina, se persuade, se instrui, se reza, se explica, se canta, se escreve, se elogia, se demonstra, se afirma. É com a língua que tu dizes “não”, e “querida” e “Deus”. É com a língua que dizemos “sim”. É a língua que ordena os exércitos à vitória, é a língua que desdobra os versos de Homero. A língua cria o mundo de Ésquilo, a palavra de Demóstenes. Toda a Grécia, Xantós, das colunas do Partenon às estátuas de Fídias, dos deuses do Olimpo à glória sobre Tróia, da ode do poeta ao ensinamento do filósofo, toda a Grécia foi feita com língua, a língua de belos gregos claros falando para a eternidade.

Xantós

(Levantando-se, entusiasmado, já meio ébrio) Bravo, Esopo! Realmente, tu nos trouxeste o que há de melhor. ( Toma outro saco da cintura e atira-o ao escravo ). Vai ao mercado, traze-nos o que houver de pior, pois quero ver tua sabedoria!( Esopo retira-se à feira com o saco. Xantós fala a Agnosto). Então, não é útil e bom possuir um escravo assim?

.....  
(Entra Esopo com um prato coberto)

Xantós

Agora que já sabemos o que há de melhor na terra, vejamos o que há

de pior na opinião deste horrendo escravo! (Levanta o pano que cobre o prato) Língua? (Indignadíssimo) Língua, ainda? Não disseste, monstrengo, que a língua era o que havia de melhor? Queres ser espancado?

Esopo

A língua, Senhor, é o que há de pior no mundo. É a fonte de todas as intrigas, o início de todos os processos, a mãe de todas as discussões. É a língua que usam os maus poetas que nos fatigam na praça, é a língua que usam os filósofos que não sabem pensar. É a língua que mente, que esconde, que tergiversa, rodeia, que blasfema, que insulta, que se acovarda, que mendiga, que impreca, que bajula, que destrói, que calunia, que vende, que seduz, que corrompe. É com a língua que dizemos “mor-

re” e “canalha” e “corja”. É com a língua que dizemos “não”. Com a língua Aquiles mostrou a sua cólera, com a língua Ulisses tramava seus ardis. Com a língua a Grécia vai tumultuar os pobres cérebros humanos para toda a eternidade. Aí está, Xantós, porque a língua é a pior de todas as coisas!

FIGUEIREDO, Guilherme. A raposa e as uvas. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970. P. 32-3-4.

Ainda a revelar a importância da Linguagem – e mais – do seu poder – é que a poetisa Cecília Meireles – em sua obra “O Romanceiro da Inconfidência” – apresenta a palavra como a condutora de todo final dramático e perverso que teve o movimento de Inconfidência mineira e o seu líder Tiradentes.

## DAS PALAVRAS AÉREAS

Ai, palavras, ai, palavras,  
que estranha potência, a vossa!  
Ai, palavras, ai palavras,  
Sois de vento, ides no vento,  
no vento que não retorna,  
e, em tão rápida existência,  
tudo se forma e transforma!  
Sois do vento, ides no vento,  
o que dais, com sorte nova!

Ai, palavras, ai, palavras,  
que estranha potência, a vossa!  
Todo o sentido da vida  
principia à vossa porta;  
o mel do amor cristaliza  
seu perfume em vossa rosa;  
Sois o sonho e sois a audácia,  
calúnia, fúria, derrota ...

A liberdade das almas,  
Ai! Com letras se elabora ....  
E dos venenos humanos  
sois a mais fina retorta:  
frágil, frágil como o vidro  
e mais que o aço poderosa!  
Reis, impérios, povos, tempos,  
pelo vosso impulso rodam ...

Detrás de grossas paredes,  
de leve, quem vos desfolha?  
Pareceis de tênue seda,  
sem peso de ação nem de hora...  
- e estais no bico das penas,  
- e estais na tinta que as molha,  
- e estais nas mãos dos juízes,  
- e sois o ferro que arrocha,  
- e sois barco para o exílio,  
- e sois Moçambique e Angola!

Ai, palavras, ai, palavras,  
eis pela estrada afora,  
erguendo asas muito incertas,  
entre verdade e galhofa,  
desejos do tempo inquieto,  
promessas que o mundo sopra ...

Ai, palavras, ai, palavras,  
mirai-vos: que sois, agora?

- Acusações, sentinelas,  
 bacamarte, algema, escolta;  
 - o olho ardente da perfídia,  
 a velar, na noite morta;  
 - a unidade dos presídios,  
 - a solidão pavorosa;  
 - duro ferro de perguntas,  
 com sangue em cada resposta

- e a sentença que caminha,  
 - e a esperança que não volta,  
 - e o coração que vacila,  
 - e o castigo que galopa ...

Ai, palavras, ai, palavras,  
 que estranha potência, a vossa !  
 Perdão podíeis ter sido!  
 - sois madeira que se corta  
 - sois vinte degraus de escada,  
 - sois um pedaço de corda ...  
 - sois povo pelas janelas,  
 cortejo, bandeiras, tropa ...  
 Ai, palavras, ai, palavras,  
 que estranha potência, a vossa!  
 Éreis um sopro na aragem ...  
 - sois um homem que se enforca!

MEIRELES, Cecília. *Romanceiro da Inconfidência*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1953. P. 185-87.

Acredito que, então, já se pôde perceber a chegada ao destino pretendido pela nossa viagem: A LINGUAGEM E A CIDADANIA. E essa chegada revela uma relação de interdependência entre ambas, com o propósito da construção de uma sociedade justa, correta, compromissada com a condição igualitária dos seus membros.

E, diante dessa constatação, estamos nós ligados diretamente a essa dualidade/una, com a responsabilidade precípua de viabilizar a LINGUAGEM E A CIDADANIA.

E essa responsabilidade perpassa pelos dois segmentos que compõem o Curso de Letras:

- os docentes, que orientarão para a formação lingüística,  
 - os discentes ( calouros e veteranos), que inseridos nessa orientação – configuram-se no objeto do exercício da Linguagem e Cidadania deste Curso de Letras; bem como irão constituir-se no poder multiplicador desta relação de interdependência.

Assim, conscientes da função significativa do Curso escolhido por vocês, da responsabilidade que emana de um professor de Língua Portuguesa, busquem uma formação eficiente, de qualidade, que almeje sobretudo o multiplicar – pois é de VOCÊS que depende a construção de uma sociedade cidadã.

Obrigada.

BRASIL, MEC. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília: MEC/SEF, 1998 - Introdução, p.9; Língua Portuguesa, p.19.

FIGUEIREDO, Guilherme. *A raposa e as uvas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970. P. 32-3-4.

HAYAKAWA, S. I. *A Linguagem no pensamento e na ação*. São Paulo: Pioneira, 1963. P. 10 (A Linguagem movimenta o mundo).

LANGER, Susanne. *Filosofia em nova chave*. São Paulo: Perspectiva, 1971. P. 72.

MALMBERG, Bertil. *A Língua e o Homem*. São Paulo: Nórdica, Duas Cidades, 1976. P. 82-3.

MEIRELES, Cecília. *Romanceiro da Inconfidência*. Rio de Janeiro: Livros de Janeiro: Livros de Portugal, 1953. P. 185-87.

PENTEADO, José Roberto Whitaker. *A Técnica da Comunicação Humana*. São Paulo: Pioneira, 1993 . P. XI - XII - XIII.

# A Face Oculta da Leitura

Maria Regina Bertholini Aguilar\*

---

*“O homem faz a história mas a história não lhe é transparente. Por isso acreditamos que uma metodologia de ensino conseqüente deve explicitar, para o processo de leitura, os mecanismos pelos quais a ideologia torna evidente o que não é e que, no contrário, resulta de espessos processos de produção de sentido, historicamente determinados. A “naturalidade” dos sentidos é, pois, ideologicamente construída. A transparência dos sentidos que “brotam” de um texto é aparente, e tanto quem ensina quanto quem aprende a ler deve procurar conhecer os mecanismos que aí estão jogando.” (Orlandi, 1987:11)*

Com a explicação em epígrafe, Orlandi destaca questões relevantes sobre o ensino de “leitura” que servirão de base para o desenvolvimento deste trabalho cujo objetivo é mostrar a possibilidade que existe do leitor, dominado por noções do senso comum, aceitar acriticamente as informações que lhe são repassadas.

Como o uso do bom senso é essencial no exercício da leitura no contexto pedagógico educacional, destacaremos e analisaremos, a seguir, contribuições de alguns autores que direta ou indiretamente tratam dessa questão.

Ao afirmar que “o homem faz a história mas a história não lhe é transparente”, Orlandi

nos leva a refletir a respeito da realidade ideologicamente construída por concepções do senso comum e que não permitem o entendimento da história como resultado de nossa própria atuação.

Quando não somos conscientes da possibilidade que existe de sermos dirigidos por visões do mundo “alheias”, ou seja, quando estamos envolvidos por concepções do senso comum, geralmente fazemos afirmações ou tomamos atitudes incoerentes que necessitam ser revistas para, a partir da reflexão, ou melhor, do bom senso, darmos novos direcionamentos às nossas ações. Esse é apenas o primeiro passo em que o senso comum e o seu núcleo sadio, o bom senso, interagem contraditoriamente.

Vale lembrar as próprias palavras de Gramsci, filósofo italiano, que diz:

“Quando a concepção do mundo não é crítica e coerente, mas ocasional e desagregada, pertencemos simultaneamente a uma multiplicidade de homens massa, nossa própria personalidade é composta de uma maneira bizarra: nela se encontram elementos dos homens das cavernas e princípios da ciência mais moderna e progressista; preconceitos de todas as fases históricas passadas, grosseiramente localistas e intuições de uma futura filosofia que será própria do gênero humano mundialmen-

---

\* Mestra em educação. Profª. da UFMS - Campus de Aquidauana.

te unificado. Criticar a própria concepção do mundo, portanto, significa torná-la unitária e coerente e elevá-la até o ponto atingido pelo pensamento mundial mais desenvolvido. Significa, portanto, criticar, também, toda a filosofia até hoje existente, na medida em que ela deixou estratificações consolidadas na filosofia popular” (Gramsci, 1991:12).

Essa crítica não garante a superação do senso comum, mas é uma atitude necessária que contribui para atingir o bom senso. A superação pode encontrar uma alavanca poderosa no domínio da teoria, pois é ela que permite a distinção entre o que consideramos ser o senso comum e o bom senso.

Pode-se deduzir, então, que para se chegar a uma prática pedagógica coerente, muitos passos devem ser dados e o primeiro deles, conforme destaque dado por Gramsci, é criticar a própria concepção de mundo” ao refletir sobre ela.

Quando se percebe que existe a possibilidade de se aceitar como verdadeira a realidade ideologicamente construída, aguça-se o senso crítico, entretanto, essa percepção o é uma atitude comum. Schaff (apud Blikstein, 1995:61), na tentativa de contribuir para o entendimento dessa questão, utiliza a expressão “óculos sociais” e afirma que são eles os responsáveis pela percepção da realidade. Blikstein (1995:64), concretizando essa expressão, focaliza o quadro de R. Magritte - A condição humana e, dessa forma, exemplifica semiologicamente essa situação. Sua explicação se resume em mostrar que o estereótipo é o quadro em si, com o seu “layout” ou diagrama, o referente é a “paisagem” pintada e o real é o universo, em desordem, atrás do quadro. Diz que “o que vemos, na verdade, é um referente “paisagem” balizado pelos estereótipos de percepção.” Esse autor conclui, então, que a nossa cognição estaria sujeita “a um processo ininterrupto de estereotipação, a ponto de considerarmos real e natural todo um universo de referentes e realidades fabricadas” (Blikstein, 1995:82).

Vê-se, então, que o ser humano pode ser facilmente manipulado quando sua visão crítica não é despertada.

A ausência da “dimensão semiológica oculta” pode ser visualizada concretamente em Kaspar Hauser - personagem do filme “O Enigma de Kaspar Hauser”, do cineasta alemão Werner Herzog. A sua vivência em cativo, completamente isolado de contato social até os dezoito anos, não lhe permitiu assimilar os estereótipos perceptuais. E, a partir de então,

é obrigado a conhecer o mundo apenas através da linguagem. Conseqüentemente, são inúmeras as dificuldades com as quais tem que conviver, sobretudo por não aceitar a imposição dos “óculos sociais”. Essa recusa vai lhe custar a própria vida.

Ao contrário de Kaspar Hauser, geralmente, cada ser humano, que passa por um longo processo de adaptação, convive com os “óculos sociais”, acomoda-se perfeitamente a eles e nem percebe os seus efeitos. Entretanto, vários são os autores que vêm contribuindo no sentido de neutralizar os efeitos provocados por esses “óculos” e, dessa forma, vêm auxiliando para avançar a visão crítica no exercício da própria visão de mundo.

Partiremos inicialmente das idéias divulgadas por Bakhtin (1895-1975) e Vygotsky (1896-1934), teóricos russos que consideraram a linguagem como “a chave da compreensão para as principais questões epistemológicas que atravessam as ciências humanas e sociais” (Freitas, 1995:157). A linguagem passou então a ser vista por eles como uma força oculta e que pode ser utilizada como contra-ideologia, ou seja, como uma arma diferente a serviço de uma sociedade mais justa.

Nessa perspectiva, a linguagem para Bakhtin, que resiste ao isolamento formalista do texto e quer leitores reais e ativos, é vista como criação coletiva, parte de um diálogo cumulativo entre o “eu” e o “outro” e, para Vygotsky, não pode ser aceita como um “sistema lingüístico de estrutura abstrata, mas em seu aspecto funcional, psicológico. Interessa-lhe estudar a linguagem como constituidora do sujeito, procurando, portanto, enfocar em seus estudos a relação pensamento-linguagem” (Freitas, 1995:157).

Essas teorias, consideradas revolucionárias, não proporcionam ambiente histórico favorável para a sua divulgação, ficaram adormecidas por um longo período. No Brasil, as idéias desses autores começaram a ser divulgadas na segunda metade da década de 70, quando ainda vivíamos sob o regime militar. A ideologia vigente era a Segurança Nacional e a pedagogia que predominava na educação era a tecnicista - proposta oficial do Estado. Portanto, nessa época, não havia espaço para a divulgação de idéias que tivessem como objetivo questionar a realidade e a opressão, criticar a sociedade capitalista e considerar o homem como sujeito de suas próprias ações.

A situação começou a se modificar a partir dos anos 80. Sob pressão da sociedade brasileira que visava à democracia, deu-se início à abertura política, com novas perspecti-

vas para o ensino de modo geral, proporcionando a visualização de espaço para o desenvolvimento do ensino da leitura com base em pesquisas.

Esse reavivamento da discussão educacional e pedagógica foi incentivado, principalmente, pela reintegração de intelectuais nas universidades brasileiras, proporcionada pela anistia. Surgiu, então, um novo ânimo para a retomada das discussões pedagógicas. Nesse sentido, merece destaque a ênfase que, a partir daí, vem sendo dada por vários autores ao “ato de ler”.

Silva (1992:34), ao fazer críticas aos cursos superiores, sobretudo aos cursos na área de Psicologia e/ou Metodologia da Leitura e mesmo às faculdades de Letras que parecem se esquecer da problemática da leitura, denuncia o descaso para com a formação do professor, evidenciando o ensino da leitura. Essa denúncia deve ser levada em consideração para compreendermos a situação atual da grande maioria de professores que, mesmo com formação superior, sentem-se despreparados para lidar com a “leitura”.

Se se pretende mudar esse quadro, é bom lembrar que é sobretudo da formação do professor que depende a sua capacidade de despertar os educandos para a leitura e incentivar um número cada vez maior de leitores competentes. Yunes (In MEC, 1993:20) faz seu alerta ao dizer: “(...) se não estamos capacitados, como capacitaremos outros? Ou melhor, se não estamos animados, como animar os demais?”.

Uma boa formação e constantes atividades de atualização despertam o professor para questões essenciais que Silva, ainda que romântica e idealisticamente, traduz em forma de questionamentos: Quando, nós professores, vamos compreender o papel de transformação que temos nas mãos? Quando vamos começar, como sujeitos da história, a traçar nosso próprio destino, rompendo com a cristalização dos papéis e das responsabilidades sempre definidos por outrem? (cf. Silva, 1998:14).

Lajolo (1994) compara o ato de ler ao ato de tecer que conota “artesanato” e, portanto, exige construção minuciosa. Dessa forma, destaca a necessidade de construção cuidadosa que a leitura, assim como o artesanato, exige. Ao ressaltar a responsabilidade dos profissionais de leitura, professores, bibliotecários e animadores culturais, como mediadores, Lajolo adverte para o perigo do professor trocar seu papel de iniciador de jovens na leitura por divulgador de livros ou decifrador de significados.

Geraldi (1984:49-69), desde 1981, vem trabalhando no sentido de divulgar uma nova

metodologia para o ensino da língua e, consequentemente, para o ensino da leitura. Entretanto, apesar da grande receptividade de suas sugestões, o que lhe causou surpresa, a aplicação prática tem se voltado de modo especial para a produção de textos, não dando a ênfase necessária que a leitura merece.

Para que a leitura seja considerada uma atividade de extrema importância, entendida como uma atividade que merece atenção, é preciso perceber a força do enunciado que, segundo Bakhtin (1992-b:283), possui um estilo individual, porém, sem deixar de ser expressão do social, ou seja, de completar-se no coletivo.

Para melhor explicar a enunciação e o enunciado, Bakhtin narra uma situação trivial de comunicação, partindo do próprio enunciado.

Imagina duas pessoas sentadas, em silêncio, em uma sala, olhando através da janela e uma delas diz “Bem!”, enquanto que a outra permanece em silêncio. Para quem está de fora, o enunciado “Bem!” é vazio e ininteligível, mas para as duas pessoas que participam da comunicação, é plenamente significativa e completo.

Considerando a parte puramente verbal da enunciação, não conseguiremos entender a totalidade dessa comunicação, pois “a enunciação não é apenas o verbal, mas refere-se a tudo que contribui para sua apreensão. O não-dito é também comunicação” (Bakhtin, 1992-b:70). A entonação pode ajudar na compreensão, mas não revela o significado todo, pois falta o contexto extraverbal que torna compreensível a palavra bem. São três os aspectos que constituem o contexto extraverbal: o horizonte espacial comum dos interlocutores, ou seja, a unidade visível, representada pela sala, pela janela, etc.; o conhecimento e apreensão comum da situação; e a avaliação comum da situação.

Colocando-nos na posição de conhecedores desse contexto, vemos que as duas pessoas olham pela janela e viram que a neve insistia em cair, apesar de ser maio e ter chegado a primavera. Ambos doentes e cansados do prolongado inverno, demonstram desapontamento diante da neve.

“Nesta visão conjugada (flocos de neve caindo fora da janela), no conhecimento comum (a época do ano - maio) e na avaliação unânime (o desejo de ver o inverno acabar e chegar a primavera) é que a enunciação se apóia; tudo isto é entendido em sua importância atual e viva - tudo isso é seu sustentáculo. Mesmo assim, tudo isso permanece sem especificação e articulação verbal. A

queda dos flocos de neve permanece fora da janela; a data, na página do calendário; a avaliação da psique do falante e, apesar disso, tudo isto está subentendido na palavra bem.” (Bakhtin, apud Machado, 1995:40).

Essa explicação, transportada para a leitura de um texto - aqui representado pela palavra “bem”, mas que poderia ter inúmeras representações - leva-nos a observar a necessidade de se levar em consideração a enunciação, destacando que ela não se limita ao que está escrito, mas abrange tudo que está fora dele, ou seja, tudo que fica subentendido.

Observando ainda a palavra “bem”, geralmente utilizada com sentimento de aprovação, neste contexto nos leva à seguinte interpretação: “é necessário ter paciência com o que não é bom”. Percebe-se, portanto, no seu uso, a força da ironia, cuja função é romper com o processo lógico do pensamento.

Entendemos, então, que o importante não é lidar “com a palavra isolada funcionando como unidade da língua, nem com a significação dessa palavra, mas com o enunciado acabado e com um sentido concreto: o conteúdo desse enunciado” (Bakhtin, 1992-b:310). A palavra dentro da língua não apresenta emoção, juízo de valor e nem expressão. Isso só acontece através do processo de utilização ativa no enunciado concreto. A palavra por si só, individualmente, é extra-emocional e não possui colorido expressivo, que é próprio do enunciado. Palavras e orações não pertencem a ninguém, entretanto, o enunciado tem autor e destinatário.

Portanto, “ler” implica considerar o texto não como objeto que apenas fornece infor-

mações, mas como “expressão de uma consciência que reflete algo”, ou seja, quando lemos um texto não estamos lendo as palavras que estão escritas, mas “verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc. A palavra está sempre carregada de um conteúdo ideológico ou vivencial” (Bakhtin, 1992-a:95).

Após esses esclarecimentos e, retomando as palavras de Orlandi, destacadas inicialmente, “A naturalidade dos sentidos é, pois, ideologicamente construída. A transparência dos sentidos que “brotam” de um texto é aparente, e tanto quem ensina quanto quem aprende a ler deve procurar conhecer os mecanismos que aí estão jogando”, podemos concluir que é grande a responsabilidade do leitor, no momento da leitura.

Para finalizar, nos apropriaremos das palavras de Larrosa (1998:177) que conseguiu expressar perfeitamente o que é “ler”, ao dizer:

“Ler não é apropriar-se do dito, mas recolher-se na intimidade daquilo que dá o que dizer ao dito. É demorar-se no dito do dito. Por isso, ler é trazer o dito à proximidade do que fica por dizer, trazer o pensado à proximidade do que fica por pensar, trazer o respondido à proximidade do que fica por perguntar”.

“Não se busca na leitura o que o texto sabe, mas o que o texto pensa. Ou seja, o que o texto leva a pensar. Por isso, depois da leitura, o importante não é o que nós saibamos do texto o que nós pensamos do texto, mas o que - com o texto, ou contra o texto ou a partir do texto - nós sejamos capazes de pensar”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKHTIN, Mikhail (V. N. Volochínov) *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1992(a).  
———. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992(b).
- BLIKSTEIN, Izidoro. *Kaspar Hauser ou A Fabricação da Realidade*. 4. ed. São Paulo: Cultrix, 1995.
- FREITAS, Maria Tereza de Assunção. *O pensamento de Vygotsky e Bakhtin no Brasil*. Campinas-SP: 1995.
- GERALDI, João Wanderley. *O Texto na sala de aula: leitura & produção*. 3. ed. Cascavel-PR: ASSOESTE, 1984.
- LAJOLO, Marisa. *Do mundo da leitura para a leitura do mundo*. São Paulo: Ática, 1994.
- LARROSA, Jorge. *Pedagogia Profana: danças, piruetas e mascaradas*. Porto Alegre-RS: Contrabando, 1998.
- MACHADO, Irene A. *O romance e a voz: a prosa dialógica de Mikhail Bakhtin*. Rio de Janeiro: Imago, 1995.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. (2ª. ed. rev. e aum.) Campinas-SP: Pontes, 1987.
- SILVA, Ezequiel Theodoro da. *O ato de ler: fundamentos psicológicos para uma nova pedagogia da leitura*. 6. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1992.
- . *Raiva e revolta em educação*. Campinas-SP: Autores Associados, 1998.
- YUNES, Eliane. “Por uma Política Nacional de Leitura”. In MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e DO DESPORTO. Secretaria de Educação Fundamental. *A Formação do leitor: o papel das instituições de formação do professor para a educação fundamental*. Caderno Educação Básica. Série Institucional. Vol. 4. São Paulo: Moderna, 1994.

# Traduzir

*Eliana Mara Costa Roos\**

---

*“No es preciso entender un idioma para traducirlo, puesto que sólo se traduce para quienes no lo entienden.”*

Diderot

A quem pertence a tradução?

O campo da tradução é extenso, pertence ao estudante, ao professor, ao interessado, enfim pertence aos usuários da língua.

A tradução não pertence somente à literatura, nem à dublagem cinematográfica, nem ao comércio tampouco à indústria ou à ciência: Ela pertencerá ao usuário profissional, ao linotipista, viajantes, técnicos de laboratórios, aos auxiliares de limpeza, àquele que trabalha no anonimato.

O comércio, a indústria, estabelecimentos, painéis, outdoors, dentre outros, exigem traduções. Os usuários da língua são pessoas competentes que de acordo com seu grau de conhecimento irão operacionalizar a segunda língua sem dificuldades.

Portanto, a tradução pertence a todos, às diversas formas de comunicação pela sua própria gama de finalidades.

Os profissionais competentes dedicam-se às traduções sejam elas literárias, poéticas, de livros infantis, cinematográfica, da imprensa, técnica, comercial, oficial; a eles compete a responsabilidade de executar seus trabalhos com precisão e clareza a fim de que repassem a cultura, o conhecimento e a tecnologia de outros povos. Isso nos faz reportar à história da tradução.

A história da tradução é complexa, ilustre e aponta a cultura de um povo porém nos limitaremos a relatar, em poucas palavras, uma parte histórica.

O primeiro tradutor, Lívio Andrônico, traduziu para o latim a *Odisséia* homérica, na metade do século III antes de Cristo, permitindo assim que iniciassem traduções para todas as línguas e literaturas do Ocidente. Na verdade, a maior parte das obras eram traduções feitas dos monumentos literários.

*Los testimonios escritos más antiguos en la lengua conocida como Antiguo Eslavo son las versiones bíblicas del siglo IX que los dos hermanos de Tesalónica, San Cirilo y San Metodio,*

---

\* Professora UFMS/DLE/  
Campus de Aquidauana -  
Doutoranda da Universidad de  
Léon. Espanha

*hicieron del griego a este idioma por encargo de un principe eslavo de Moravia. El alfabeto cirílico que ahora usan los pueblos de Europa Oriental (usos, búlgaros y sérbios) debe también su hombre al primeiro de estos dos misioneros. En efecto, para la traduccion de los textos bíblicos y litúrgicos, Cirilo y Etodio se vieron precisados a crear un alfabeto basado en caracteres unciales griegos y hebreos, ya que los eslavos crecían hasta entonces de un sistema de escritura.”*

Santoyo

A primeira tradução de um catecismo protestante polaco foi publicada em 1547, em Königsberg, por Martynas Mazvydas e em 1585, el Letón traduziu *Catechismas Catholicorum*.

O bispo ariano Ulfilas traduziu do grego ao seu idioma, na segunda metade do século IV, partes do Antigo e do Novo Testamento. Coube a ele inventar o alfabeto gótico, a partir dos caracteres gregos e latinos. Atualmente essa versão de Ulfilas é a peça chave para que se compreenda o desenvolvimento histórico das línguas germânicas.

Outras frases escritas que não eram tampouco o latim e semelhante ao espanhol medieval formam a conhecida Glosas Emilianenses, pelo monastério de San Millán de la Cogolla, seguida cronologicamente pelas Glosas Silenses, de Santo Domingo de Silos. Tais glosas nada mais são do que traduções do latim ao espanhol primitivo, anotadas por um monge, anônimo, que desconhecia completamente o texto clássico. A partir deste recurso lingüístico permitiu ao leitor decodificar o sentido do texto original. As glosas silenses são “uma espécie de manual do confessor, no qual se especificam os pecados e sua penitência correspondente.”

Nithard, neto de Carlos Magno, escreveu na metade do século IX, uma história das diferenças dos filhos de Luís, o Piedoso. É um relato escrito em latim porém inclui a tradução francesa dos juramentos de Estrasburgo, que Carlos o Calvo e Luiz o Germânico pronunciaram em 14 de fevereiro de 842. É o primeiro testemunho da língua gala medieval:

*“Pro deo amur et pro christian poblo et nostro commun salvament...”*

Caedmon, poeta inglês, é traduzido por Beda em perífrase latina:

*“Nunc laudare debemus auctorem regni caelestis, potentiam Creatoris et consilii illius, facta Patris gloriae. Quomodo ille, cum sit aeternus Deus, omnium miraculorum auctor extitit, Qui primo filiis hominum caelum pro culmine tecti, dehinc terram custos humani generis omnipotens creavit.”*

Beda, em 731, relata Caedmon em *Historia Ecclesiastica Gentis Anglorum* e infelizmente, os versos no idioma original (anglosaxão) se perderam.

Há pouco destaque na tradução no período anterior à conquista normanda de 1066, tampouco à produção literária dessa época. Alfredo o Grande estimula uma “escola de tradutores” como o fizera Alfonso X o Sábio, em Toledo. As glosas têm destaque e as traduções interlineares evangélicas eram muito apreciadas. Usava-se especificar o nome do glosador juntamente com os do iluminador e copista: primeiro Alfred e segundo, seu próprio dono “un sacerdote de nobre Farman.”

No que se refere a textos bíblicos, estes são traduzidos do grego. Santoyo comenta:

*“A nivel mundial, la historia de la evangelización es básicamente la historia de una traducción. Y lo que hoy conservamos mayoritariamente de los propios*

*textos bíblicos y evangélicos no son los manuscritos originales, sino sus traducciones griegas posteriores. Esto por lo que hace referencia al pasado.”*

Se por acaso se descobrisse alguma tradução latina de textos etruscos tal mistério desapareceria, pois até então a cultura etrusca é desconhecida.

Descobertas levaram cientistas a trabalhos que duraram anos de pesquisa, é o caso da egiptologia, a chave da decifração lingüística, que tomou parte da vida de Jean François Champollion. Champollion decifrou os hieróglifos da Pedra de Rosetta, na terceira década do século passado, utilizando a tradução grega que a própria pedra continha.

Embora a tradução revele o mais eficiente sistema de transmissão de cultura ela exige do tradutor a habilidade de um acrobata.

Conhecer uma língua estrangeira é importante, porém o tema do texto é importantíssimo. Madame Staël em *De l'Allemagne*, II parte, comenta a respeito das dificuldades da tradução:

*“Une musique composée pour un instrument n'est point exécutée avec succès sur un instrument d'un autre genre”.*

Mme Stael expõe sobre a necessidade de clareza e harmonia que deve existir entre autor e tradutor tal como um compositor e executante.

Traduzir é pois, possuir a sensibilidade lingüística, é escrever com inteligência, clareza, economia e precisão; é enriquecer o texto, utilizar recursos gramaticais, empregar palavras adequadas, conhecer os elementos culturais daquele povo é manter a intenção do autor do texto.

Newmark em sua obra *Manual de Tradução* nos ensina que

*“A tradução deve ter como finalidade a de educar, precisamente porque tem que chegar aos leitores com um nível cultural e educativo diferente... Ain-*

*da que as comunidades estrangeiras tenham as suas próprias estruturas lingüísticas e suas próprias culturas, e os seus membros tenham formas particulares de pensar e, já que de imediato, de expressar-se, isso não impede que tudo o que se pode explicar, explicação que em último caso constituirá a tradução. Nenhuma língua nem nenhuma cultura tão primitiva como para não poderem assimilar os termos e os conceitos da tecnologia informática ou do canto gregoriano. É evidente, sem dúvida, que uma tradução a uma língua de uma cultura que não conheça a tecnologia informática constituirá um processo mais longo: para poder reproduzir cada um dos aspectos do texto original precisará de mais espaço que o próprio original. Por isso, ainda que a tradução é sempre possível, pode por diferentes razões, não ter o mesmo impacto que o original”.*

A intervenção do tradutor se manifesta por uma série de troca de registros. O escritor trabalha as palavras, as idéias, imagens, sentimentos, o tradutor estabelece a equivalência entre as palavras, idéias, imagens. Ele, o tradutor, não disputa com o autor, mas essencialmente deve utilizar-se da equivalência do texto produzido pelo autor.

É um trabalho difícil, perigoso e apaixonante, é um trabalho de artista que não pode ser estéril, tampouco de transposição mecânica, pois é através das palavras e das expressões que se cristalizam pensamentos e experiências do tradutor que atingirão o leitor.

Traduzir é exercitar a inteligência, é desenvolver a competência lingüística, é transferir significados e mensagens, é proporcionar emoções, é resolver problemas.

## BIBLIOGRAFIA

CARY, E. *La traduction dans le monde moderne*. Genebre. 1956

NEWMARK, P. *Manual de tradução*. Santiago de Compostela. 1993

SANTOYO, Julio Cesar. *El delito de traducir*. León. 1996